



UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO PATRIMÔNIO CULTURA E
SOCIEDADE

**ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA - ALEIJADINHO - O HERÓI
MULATO: DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA
PARA “BALANÇAR” O ALICERCE DO RACISMO ESTRUTURAL**

ELISA MARIA SILVA COUTINHO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E
SOCIEDADE**

**ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA _ ALEIJADINHO _ O HERÓI
MULATO: DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO EDUCATIVO
PARA “BALANÇAR” O ALICERCE DO RACISMO ESTRUTURAL**

ELISA MARIA SILVA COUTINHO

*Sob a Orientação do Professor
Fabio Ricardo Reis de Macedo*

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de concentração em Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

**Nova Iguaçu, RJ
Abril de 2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
BibliotecaCentral/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C43a

Coutinho, Elisa Maria Silva, 01/02/1982-
ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA - ALEIJADINHO - O HERÓI
MULATO: DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA
"BALANÇAR" O ALICERCE DO RACISMO ESTRUTURAL / Elisa
Maria Silva Coutinho. - Nova Iguaçu, 2024.
84 f.

Orientador: Fabio Ricardo Reis de Macedo.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Mestrado em Patrimônio
Cultura e Sociedade, 2024.

1. Antônio Francisco Lisboa/Aleijadinho. 2. Educação
Antirracista. 3. Identidades. 4. Empoderamento Negro.
5. Memória. I. Macedo, Fabio Ricardo Reis de,
29/07/1964-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Mestrado em Patrimônio
Cultura e Sociedade III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



TERMO Nº 52 / 2025 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.005596/2025-23

Nova Iguaçu-RJ, 06 de fevereiro de 2025.

ELISA MARIA SILVA COUTINHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em PATRIMONIO, CULTURA E SOCIEDADE no PROGRAMA de Pos Graduação em PATRIMONIO, CULTURA e SOCIEDADE, área de concentração Patrimônio Cultural Memória, Identidades e SOCIEDADE.
Dissertação APROVADA EM 27\03\2024

(Assinado digitalmente em 07/02/2025 10:09)

FABIO RICARDO REIS DE MACEDO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAR (12.28.01.00.00.00.81)
Matrícula: 387051

(Assinado digitalmente em 19/02/2025 15:47)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1862824

(Assinado digitalmente em 07/02/2025 09:30)

RAFAEL BTESHE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 102.527.457-10

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **52**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **06/02/2025** e o código de
verificação: **5e8d981113**

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a minha mãe Jô Silva que é uma guerreira.

AGRADECIMENTO

Ao fazer este agradecimento me vem à memória todos aqueles que me ajudaram a chegar até aqui e a trajetória não foi fácil, no entanto, vou me limitar ao período em que fiz o mestrado.

Começo agradecendo ao meu orientador Fabio Macedo, que desde o início escolheu a temática e me ajudou a desenvolvê-la com paciência e atenção.

Aos professores Otair Fernandes, Elis Angelo e Luiz Jorge que ao longo do curso, além das disciplinas dadas, me possibilitaram ser uma das organizadoras do primeiro seminário luso-brasileiro realizado no programa PPGPACS. As professoras Isabela Fogaça e Raquel Alvitos que ofertaram apoio juntamente com os professores Otair e Elis no desenvolvimento da II Jornada do Programa de Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Aos meus irmãos Elizabeth, Wallace e Rafael e meu cunhado que para mim é um irmão Gilmar. Junto de minha mãe, eles são o meu amparo, meu refúgio, assim como meus tios e tias, primos e primas. Todos eles formam minha rede de sustentação, minha verdadeira base.

As minhas lindas sobrinhas trigêmeas que estão com dois anos de idade Eva, Marina e Júlia, elas chegaram para nos completar.

Aos meus grandes amigos Eduardo, Josiel, Ivonete e Luciano que foram meu apoio nos momentos de alegria, de angústia e me auxiliaram nas dúvidas. Em especial ao Eduardo e Josiel que leram e corrigiram meu texto. Meu muito obrigado aos dois.

Quero estender meus agradecimentos aos meus amigos no trabalho Bruna, Fábio, Eliane e Márcio que ao longo desse curso também me deram muita força para continuar.

Sou grata a todas essas pessoas pelo apoio, diálogo e consideração.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

EPÍGRAFE

A partir da nossa perspectiva em quanto negros, enquanto descendentes dos insurretos do passado, é importante perceber que ficou a chama. Ficou a ponto de nós estarmos aí nos revoltando, nos rebelando de uma maneira organizada, como os nossos companheiros do passado, para denunciar um estado de coisas, que sempre nos inferioriza e marginaliza.

Lélia Gonzalez

RESUMO

COUTINHO, Elisa Maria Silva. **Antônio Francisco Lisboa _ Aleijadinho _ o herói mulato: desenvolvimento de um projeto educativo para “balançar” o alicerce do racismo estrutural.** 2024. p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2020.

“Vidas Negras Importam”, esse é o nome do movimento criado nos Estados Unidos no ano de 2013 após absolvição de um criminoso que atirou em um jovem negro. No Brasil há mais de quarenta e dois anos existe o Movimento Negro Unificado (MNU), que também foi criado para reivindicar o descaso, a falta de investigação, a absolvição de culpados e o descaso das violências cometidas aos negros. São formas popularmente conhecidas de resistência. O presente trabalho também é uma forma de resistir. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é desenvolver uma proposta didática sobre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho para dialogar sobre o racismo estrutural e o pouco conhecimento que se tem sobre o referido artista no ambiente escolar. Desta forma, buscamos evidenciar a necessidade de se trabalhar na escola personalidades negras que deem empoderamento às nossas crianças e jovens. Essa temática é relevante dada a percepção da violência sofrida pelos pretos retintos diariamente, além da questão do próprio apelido dado ao artista, a alcunha de Aleijadinho apaga toda uma história, apaga inclusive o nome Antônio Francisco Lisboa. Esse projeto reafirma o papel da escola e do professor como protagonistas de reflexão e discussão sobre os aspectos sociais que marginalizam pessoas pela cor da pele. Além de oferecer uma educação para além dos muros da escola por meio de publicações artísticas e acadêmicas. Neste sentido, o trabalho procura oferecer um projeto educativo para provocar o senso crítico no aluno, além de pretender levar debates para a sala de aula. A vida e obra de Aleijadinho oferecem tudo o que foi apontado acima, como se acredita.

Palavras-chave: Aleijadinho, Educação antirracista, Memória, Identidades, Empoderamento negro.

ABSTRACT

"Black Lives Matter", this is the name of the movement created in the United States in 2013 after the acquittal of a criminal who shot a young black man. In Brazil, for more than forty-two years, there has been the Unified Black Movement (MNU), which was also created to demand the neglect, the lack of investigation, the acquittal of the guilty and the neglect of the violence committed against blacks. These are popularly known forms of resistance. The present work is also a way of resisting. In this sense, the objective of this research is to develop a didactic proposal about Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho to dialogue about structural racism and the little knowledge that is about the aforementioned artist in the school environment. In this way, we seek to highlight the need to work in the school with black personalities that empower our children and young people. This theme is relevant given the perception of the violence suffered by black people on a daily basis, in addition to the question of the nickname given to the artist, the nickname of Aleijadinho erases an entire history, it even erases the name Antônio Francisco Lisboa. This project reaffirms the role of the school and the teacher as protagonists of reflection and discussion on the social aspects that marginalize people because of the color of their skin. In addition to offering an education beyond the walls of the school through artistic and academic publications. In this sense, the work seeks to offer an educational project to provoke the critical sense in the student, in addition to intending to bring debates to the classroom. Aleijadinho's life and work offer all of the above, as is believed.

Keywords: Aleijadinho, Anti-racist education, Memory, Identities, Black empowerment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA - O ALEIJX'ADINHO: CONTEXTO HISTÓRICO SURGIMENTO DAS VILAS E DOS ARRAIAIS MINEIROS	20
1.1 O artífice e suas fases - as doenças de Aleijadinho	34
1.2 O herói mulato: o mito e os vários Aleijadinhos	39
2. O RACISMO ESTRUTURAL: NOSSO CHÃO	41
2.1 O preto vencendo as demandas - a escola como espaço de aquilombamentos pedagógicos	52
3. ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA NA ESCOLA: ANÁLISE DOS DADOS	58
3.1 Projeto Visibilidade do Mulato Antônio Francisco Lisboa na escola	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

As discussões apresentadas neste texto partem de uma docente/pesquisadora, mulher preta/negra¹ que nasceu em Recreio, Minas Gerais e foi criada no bairro Figueiras, município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, que fica no estado do Rio de Janeiro. A necessidade de caracterizar e evidenciar o lugar de fala da pesquisadora parte da percepção de quem vê diariamente o apagamento dos corpos pretos de várias formas, ele acontece através da violência física e psicológica, através da falta de visibilidade, através do desconhecimento de personalidades negras, através do preconceito do lugar onde se reside. As tentativas de embranquecimento ainda são disseminadas através de imagens, na permanência das hierarquias sociais, através da falta de pessoas retintas nas faculdades, e isso, ocorre no dia a dia. Essa estaticidade é um dos exemplos do racismo estrutural. As lutas sócio-históricas pelos direitos civis, assim como os avanços no combate ao racismo foram importantes porque hoje nos coloca em lugar de reivindicação por nossa voz, pelo corpo retinto presente e vivo.

O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre a relevância identitária e memorística da vida e obra de Antônio Francisco Lisboa para crianças e jovens negras. Faremos essa reflexão sobre o viés antirracista, tencionamos difundir a obra do escultor por meio de um projeto educativo com a intenção de levar aos discentes um herói nacional que é pouco discutido na escola. A vida e a obra de Antônio Francisco Lisboa são cheias de invenções, contradições, que possibilitam investigações, pois não é fácil enveredar nos trilhos mineiros para descobrir quem realmente foi esta “persona”.

Percebemos que há, ainda no século XXI², falta de personalidades pretas reconhecidas e que possam inspirar nossos jovens. Entendemos que tal reconhecimento é relevante, dada a constatação da violência ainda sofrida pelos negros retintos, diariamente, no contexto atual.

Além do exposto acima, percebemos que é relevante o questionamento sobre o apagamento que houve em relação ao apelido dado ao artista³. A alcunha de Aleijadinho apaga toda uma história, o que também vemos diariamente na sociedade. Muitas crianças e jovens pretas recebem apelidos geralmente relacionados à cor retinta da pele. Nota-se um problema

¹Neste trabalho os termos negro(a) e preto(a) serão usados como sinônimos, pois acreditamos que no uso cotidiano são usados semanticamente como sinônimos. Vamos trazer a discussão sobre os diferentes usos em um capítulo.

²A continuidade de associações nascidas no século XIX e o surgimento de outras, nas primeiras décadas do século XX, são a mais viva demonstração da participação política negra. Por meio delas, ativistas negros desenvolveram ações de combate à discriminação racial e formularam diversas propostas de inclusão social da população afrodescendente. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 255)

³Antônio Francisco Lisboa será tratado como artista ao longo deste trabalho, no entanto, esta denominação não havia na época em que o escultor viveu e desenvolveu suas obras.

diário e que não há questionamento sobre isso, na verdade, é uma situação naturalizada pela própria pessoa que recebe o apelido. Para sermos mais específicos deixaremos alguns exemplos de alcunhas relacionadas ao tom da pele: “Tiziu”, “Mussum”, “Buiu”, “Macaco”, entre outros.

Antônio Francisco Lisboa, mulato, filho de português e mãe negra escravizada, residiu em Ouro Preto - Minas Gerais, ganhou o apelido Aleijadinho após uma doença até hoje desconhecida, que deixou seu rosto e seu corpo deformados. A data provável de seu nascimento é 1738. Ele foi escultor, arquiteto, entalhador, ornamentista e decorador. No início, esculpia em madeira, assim como faziam muitos escultores da época, inclusive o pai dele. Em seguida, começou a modelar em pedra-sabão, o que lhe deu notoriedade e particularidade.

Produziu suas obras nos estilos Barroco e Rococó, que foram ofuscados, ao longo do séc. XIX, pelo estilo neoclássico. Os estudiosos evidenciaram a relevância desses dois estilos no Brasil.

Antônio Francisco Lisboa é caracterizado como mulato⁴, essa nomenclatura significa que os mulatos são filhos de uma relação interracial entre preto com branco trazida pelo termo “mula”, que é o cruzamento de uma burra com um cavalo. A nomenclatura mulato será utilizada neste trabalho com a compreensão de que foi usado de forma semântica durante o Brasil colônia, ocupando espaço entre lugar, não é negro e também não é branco, mas que na verdade compreendemos como pessoa preta.

Este trabalho surge num contexto histórico-cultural marcado pela violência aos “corpos” negros, principalmente dos jovens negros de periferia ou dos que moram em favelas e comunidades, periféricas. É evidente a omissão das autoridades quanto ao sumiço ou o assassinato desses jovens. Um exemplo marcante foi o desaparecimento de três crianças no município de Belford Roxo - Rio de Janeiro, que fica na Baixada Fluminense (lugar onde, infelizmente, ocorrem muitos assassinatos de crianças e jovens). Os meninos Lucas Matheus (9 anos), Alexandre Silva (11 anos) e Fernando Henrique (12 anos) saíram para brincar na manhã do dia 27 de dezembro 2020 e nunca mais foram vistos, de acordo com o jornal G1 (diário da

⁴O termo “mulato” classificava o filho do cavalo com a “burra”, assim como o indivíduo que era resultante de uma relação interracial, o “filho ou a filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branco até certo grau. (SANTOS, Jocélio Teles dos. **De pardos disfarçados a brancos pouco claros:** classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. Afro-Ásia, n. 32, 2005, p. 115-137. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77003204.pdf>)

Globo), a primeira operação no bairro Castelar - Belford Roxo só foi feita quase um mês depois do ocorrido, as primeiras testemunhas foram ouvidas uma semana depois. Os familiares fizeram várias manifestações para cobrar uma efetiva investigação. Caso fosse uma criança da área nobre, e a cor da pele fosse branca a imprensa e as autoridades agiriam com veemência na busca de respostas. Outro fato incontestável é a falta de empatia da própria sociedade com eles ou com suas famílias. O caso foi solucionado um ano depois, mas se não fossem os familiares, o caso seria arquivado. Busca-se resposta para a maioria das violências cometidas e, infelizmente, ao contrário desse caso, muitas acabam arquivadas e sem solução.

Além do fato acima exposto, percebe-se que o jovem negro tem a necessidade de se ver referenciado positivamente. Há carência de heróis retintos, de se ver representado como protagonista na TV, cinema, propagandas e outros veículos midiáticos importantes. Este trabalho deseja “balançar” o alicerce do racismo estrutural, oferecendo empoderamento ao jovem negro. Neste sentido, comprehende-se que é imprescindível o papel da escola e do professor na valorização da cultura afro-brasileira através da obra e da biografia de Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho. Acredita-se, portanto, no papel da educação para exercer função no alcance desse objetivo. O presente trabalho questiona a imagem negativa que se tem em relação ao preto e dialoga com os estudos antirracista e decolonial, porque opera no campo pedagógico. Neste sentido, a proposta pedagógica aponta alguns caminhos de abordagem em sala de aula. Desta forma, é necessário escolher temáticas que trabalhem questões identitárias e de memória. Já que temos a tendência de reverenciar artistas estrangeiros e deixar de lado os nacionais.

As problemáticas que motivaram nossa investigação foram: por que ao perguntar para um jovem se ele ao menos já ouviu falar em Leonardo da Vinci, Michelangelo, Pablo Picasso, Monet e Salvador Dali não lhe causa estranheza, no entanto, o mesmo não ocorre com Aleijadinho? Em razão de que o quadro de Monalisa e os personagens Dom Quixote e Sancho Panza são reconhecidos facilmente pelos adolescentes brasileiros, mas as esculturas de Aleijadinho nem constam de suas memórias? Por que Antônio Francisco Lisboa, além de ser desconhecido de boa parte dos brasileiros, é pouco abordado na escola? Que propostas didáticas que envolvem questões identitárias e de memória podem ser desenvolvidas para discutir o racismo estrutural no Brasil? Que contribuição essa temática oferece ao jovem negro? Essa proposta suscita novas questões de aprendizagem para os alunos?

Outro incômodo é o fato de muitos jovens brasileiros reconhecerem facilmente artistas e obras que pertencem a artistas europeus, mas não conhecerem o nome nem a arte de Antônio Francisco Lisboa. Por esta razão, acreditamos que a escola tem papel crucial para fundamentar o conhecimento do referido artista e de suas obras, assim como suscitar as discussões com os discentes sobre as questões raciais. A proposta educativa foi destinada a três escolas da rede privada de ensino pertencentes à cidade de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro.

Tencionamos através do projeto educativo discutir com os discentes sobre o racismo institucional. Este trabalho reafirma o papel da escola e do professor como protagonistas de reflexão e discussão sobre aspectos sociais que marginalizam pessoas pela cor da pele. Neste sentido, procura desenvolver um projeto educativo para provocar o senso crítico no aluno. Desta forma, acreditamos no cunho social da educação.

Toda a obra realizada pelo mulato Antônio Francisco Lisboa faz parte do patrimônio material do que é tangível. Já todo o legado de inspiração artística, o que o projeto educativo buscará levantar, faz parte do patrimônio imaterial do intangível.

Compreendemos que este trabalho é relevante pela importância que este trabalho tem para a sociedade, principalmente, para a Baixada Fluminense, lugar onde a maior parte dos jovens são vítimas de preconceitos e de extermínio e, além disso, contribui para a conservação e preservação da memória de Antônio Francisco Lisboa.

No primeiro capítulo tratamos sobre a vida e obra de Antônio Francisco Lisboa. Como a descoberta do ouro possibilitou o desenvolvimento dos arraiais e das vilas mineiras e contribuiu para o surgimento de Aleijadinho. Abordaremos as fases do escultor, assim como os diagnósticos da doença pela qual foi acometido. Fazemos uma reflexão sobre a construção de Aleijadinho como mito, herói e mulato.

No segundo capítulo, discorremos sobre o racismo estrutural, bem como as imagens construídas do negro, os estereótipos de Aleijadinho retratado como figura horrenda vinculada a cor da pele. A importância da educação antirracista como um processo para vencer as demandas que são as violências aos corpos negros. Abordaremos a herança colonial de violência aos corpos e as imagens dos negros, assim como as definições e diferenças das nomenclaturas preto e negro. Compreendemos que a educação antirracista é um ato de resistência, por isso, faremos uma reflexão sobre as novas chibatas existentes no século XXI. Onde querem que o negro retinto permaneça. Vamos evidenciar através das teorias utilizadas

que resistimos sempre, resistimos também por intermédio da educação. Percebemos que atualmente esse tipo de educação está em discussão e se faz necessária, haja vista o número de violência cometida às crianças e jovens retintos no Brasil, principalmente em periferias e favelas. Buscaremos direcionar um caminho de esperança na tentativa de descolonizar o olhar preconceituoso direcionado ao negro. Evidenciaremos a relevância da educação para alcançar esse objetivo.

O último capítulo trata especificamente da proposta educativa, como ela foi criada, desenvolvida, aplicada e percebida pelos alunos. Neste tópico buscamos relacionar os dados obtidos aos conceitos de memória e identidades. Percebemos que para resistir ao preconceito racial, ao racismo estrutural e a toda marginalização que se dá ao negro retinto é necessário ter um herói negro retinto. Percebemos que na escola o tema se faz necessário porque as crianças e jovens têm a necessidade de se verem referenciados de forma positiva. Além disso, não se vêem como negras, mesmo sendo retintas acabam de definindo como parda ou morena. O projeto educativo pretende desenvolver algumas atividades para que se possa tanto conhecer nosso artífice quanto reproduzir as obras dele.

Trazemos o conceito de aquilombamento para trabalhar o conceito de união contra o racismo estrutural. Já que a educação antirracista faz parte das lutas diárias, e ela tem como principal combatente o docente que percebe que isso deve ser feito nas práticas diárias.

Os principais autores que compõem o referencial teórico são Germain Bazin (1971) e Sylvio de Vasconcellos (1979), que fizeram um levantamento histórico sobre o surgimento de Minas Gerais, da civilização mineira e da trajetória de Aleijadinho e do Barroco brasileiro; Guiomar de Grammont (2008), para a autora, existem vários Aleijadinhos, um para cada momento histórico, ela comprova isso a partir da interpretação de algumas obras, Márcio Vianna (1951) trata do estilo do escultor; Stuart Hall (2003) e (2006), é o viés tomado para evidenciar como as identidades foram construídas, moldadas e imaginadas ao longo da história e como as políticas culturais e diáspora compõe a sociedade; Michael Pollak (1989), faz uma observação sobre a memória, como ela pode ser omitida, “não-dita”, seletiva ou dizível, lembrada, recontada para construir uma memória nacional. Para discutir a questão do preconceito pela cor da pele, do racismo estrutural e da educação antirracista utilizamos os estudos de bellhooks (2019), Frantz Fanon (2008), Luiz Rufino (2017) e (2021), Silvio Almeida (2019), Abdias do Nascimento (2016), Darcy Ribeiro (2006) e Paulo Freire (1987), João

Raphael Santos (2019), Andressa Queiroz da Silva e Rosilene Silva da Costa (2018), Wlamyra Albuquerque (2006), Aníbal Quijano (2005) e Maurício Costa de Carvalho (2023).

Procuramos enfatizar que apesar das histórias inventadas, Antônio Francisco Lisboa pode ser heroicizado devido aos trabalhos produzidos em uma época inóspita. Realizamos uma pesquisa bibliográfica e etnográfica para saber se nossa hipótese de que Antônio Francisco Lisboa é pouco conhecido é verdadeira.

Quanto às fontes bibliográficas utilizadas para o estudo sobre Antônio Francisco Lisboa, devemos mencionar alguns textos que fazem referência a vida e obra como o do historiador e crítico francês Germain Bazin: *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil* (1971), que faz uma análise que começa antes do surgimento de Aleijadinho, descrevendo como se deu a descoberta do ouro pelos bandeirantes e a criação das cidades mineiras. Bazin faz também uma análise dos equívocos cronológicos cometidos por Rodrigo José Ferreira Brêtas - primeiro pesquisador que escreveu um livro sobre Antônio Francisco Lisboa, ele também analisa algumas das obras a partir de documentos ou dos traços característicos de Aleijadinho. O mineiro Sylvio de Vasconcellos, autor de *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho* (1979), fez um estudo sobre a arte barroca e a vida de Aleijadinho. Ademais, os referidos pesquisadores investigaram documentos que atestaram a importância do escultor brasileiro.

Guionar Grammont, autora de *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial* (2008), faz uma crítica a invenção da “persona” Aleijadinho, para ela, o homem Antônio Francisco Lisboa existiu, no entanto, Aleijadinho foi inventado por diferentes autores em diferentes épocas, todas as invenções foram intencionadas, cada uma a sua época. De acordo com a autora, o primeiro foi o mineiro Rodrigo José Ferreira Bretas, cuja biografia escrita sobre Aleijadinho recebeu várias críticas por causa dos erros anacrônicos que ele cometeu. Bretas afirma ter investigado a vida e obra de Aleijadinho a partir de várias entrevistas com pessoas que teriam convivido com Antônio Francisco Lisboa. Uma delas foi Joana, nora do escultor. O segundo foi Mário de Andrade, que juntamente com alguns modernistas, foi a Ouro Preto e teria inventado um artista nacional cuja identidade cabia aos ideais de nação pretendidos.

RECORTE TEÓRICO

Em *Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho* (1951), Márcio Vianna discorre acerca da estética das esculturas do escultor, elas têm um estilo explorado pela arte portuguesa que é o maneirismo:

Particularmente notáveis pelos seus empreendimentos construtivos, a partir da década de 1760, foram as Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis. Suas igrejas em Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João del Rei, que rivalizam em importância com as grandes igrejas matrizes, foram todas construídas na mesma época, pertencendo à geração dos inconfidentes, com os quais a igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto tem uma ligação especial. Essas igrejas franciscanas e carmelitas são também os principais monumentos do novo estilo Aleijadinho, que representou uma revolução artística na colônia, contrariando em quase todos os aspectos a arquitetura maneirista de derivação portuguesa, que até então exercia predominância absoluta. (CARVALHO, 1951, p. 97)

O presente trabalho acredita que essa discussão seja viável porque prioriza o ensino aprendizagem para além dos muros da escola como afirma Sônia Rampim Florêncio *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. (2014) em Educação Patrimonial. Além disso, é notório a imagem social que se têm dos jovens negros como protagonistas negativos. Sob essa ótica, o trabalho de Michael Pollak *Memória, esquecimento, silêncio* (1989) é primordial para exemplificar como a escolha do que se diz e do que se omite sobre os acontecimentos históricos refletem na sociedade. “Discutir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.” (POLLAK, 1989, p. 8)

Ainda sob esse pensamento o sociólogo peruano Aníbal Quijano no texto *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas* (2005), contribui com a discussão sobre

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (QUIJANO, p. 107)

De acordo com o sociólogo, a criação do conceito de raça surgiu após os europeus chegarem ao novo continente denominado América. Esse fato originou novas nomenclaturas tais como índio, negro, mestiço, mulato que tornava a Europa superior em relação a outros continentes, convertendo em marginalizados muitos países, etnias e grupos sociais. A abordagem de Quijano sobre o eurocentrismo vai de encontro com as reflexões feitas neste trabalho, porque, como já mencionado acima, pretende-se debater sobre o racismo institucional.

Ainda sob essa temática os escritos da tese Luiz Rufino *Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas* e o livro do mesmo autor *Vence demanda: educação e descolonização* (2021); João Rapahel dos Santos *IPN: da criação às experiências de um curso de Pós-Graduação entre memória, educação antirracista e produção de saberes* (2019); bellhooks em *Olhares negros: raça e representação* (2019) e *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013) proporcionam uma reflexão sobre a descolonização como processo político. Para vencer as demandas, que são o racismo estrutural, assim como as perspectivas negativas criadas sobre o negro, é preciso luta, batalha e revoluções diárias. Descolonizar o olhar não é fácil dada a complexidade do chão em que pisamos. Porque esse chão tem marcas do passado que estruturam e ancoram todo um olhar colonizador que direciona a imagem negativa que se tem do negro existente na sociedade.

De acordo com Rufino (2019):

A colonização é uma grande engenharia de destruição de existências de corpos e de produção de um mundo monológico, adoecido pela ganância, escasso de beleza e poesia. (RUFINO, 2019, p. 10)

[...] a descolonização não é meramente um conceito, mas uma prática que integra a emergência pela cura e pela liberdade, que batalha pela dignidade do existir, com todas as linguagens possíveis. (RUFINO, 2019, p. 48)

Abdias do Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2016) traz a discussão sobre o racismo institucional. Dessa maneira, nos faz refletir e compreender sobre as tentativas de embranquecimento da cor e da cultura, outrossim, aborda o vocábulo “mulato” utilizado no título e ao longo deste trabalho.

[...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilegio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente,

responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 2016, p. 93)

Em *O povo brasileiro* (2006), Darcy Ribeiro debate a respeito da classe e da cor:

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-friás, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas [...] Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. (RIBEIRO, 2006, p. 209)

Maurício Costa de Carvalho em *Centralidade da periferia no pensamento político de Milton Santos* (1964-1977) faz um estudo sobre o texto de Milton Santos:

Partimos da hipótese de que a ideia de centralidade da periferia, apresentada apenas em 2000, expressa uma subversão da lógica entre centro e periferia que é o núcleo central de sua abordagem sobre a globalização mas que também teve como alicerce justamente a defesa desta posição que se construiu, ainda no período de exílio, principalmente por meio de seus estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo, como alternativa aos “dualismos” e às teorias da dependência e do subdesenvolvimento que tinham grande destaque no pensamento crítico da época. Sendo assim, abordando a problemática da dependência e do subdesenvolvimento, nosso objetivo é mapear elementos de gênese, continuidades e descontinuidades desta ideia no pensamento político do autor, especialmente em sua produção sobre urbanização no Terceiro Mundo realizada entre 1964 e 1977, seu período de exílio. (CARVALHO, 2023, p. 4)

Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006) demonstra como a competição entre as nações motivou a seleção ou a criação de heróis e símbolos nacionais para fazerem parte do “rol” do Ocidente. Tudo isso em prol da construção da cultura nacional. O autor argumenta que a identidade não é definida biologicamente, e sim construída no dia a dia, a atividade proposta pode servir para questionar os problemas sociais e rechaçar questões que incomodam, pois “[...] a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006, p. 11).”

Segundo Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), engajar-se nestas discussões é papel da escola e dos professores. Desta forma, é preciso “sacudir as raízes

contaminadas do edifício" (FANON, 2008, p. 28). Observa-se que este é um dos papéis da escola e dos professores. Precisa-se dar empoderamento aos jovens negros, discutir esse assunto em sala. Possibilitar o desenvolvimento do senso crítico dos alunos ancorados no ensino aprendizagem.

O texto de Sílvio Luiz de Almeida em *Racismo estrutural* (2019) é utilizado para compreender como o racismo estrutural está consolidado na sociedade. De acordo com o autor:

[...] a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 27)

Para abordar a importância do docente e como é importante o engajamento do professor para contribuir no desenvolvimento crítico do aluno, assim como as diretrizes e bases da educação nacional precisam ser melhor desenvolvidas; e o quanto precisam também ouvir os docentes e a sociedade para que se tenha uma efetiva educação de qualidade será analisado o texto de Paulo Freire (1987) *Pedagogia do oprimido*.

Ainda de acordo com Andressa Queiroz da Silva e Rosilene Silva da Costa em *Educação antirracista é educação transformadora: uma análise da efetividade da lei nº 10.639/03* (2018):

O espaço escolar, enquanto um importante ambiente de socialização, é um campo fértil para a produção de um currículo que atenda às diferenças existentes no cotidiano escolar, pois este é um ambiente dinâmico e exige um processo constante de inventividade, que resulta em diferentes formas de agir e existir, onde se praticam não um, mas vários e diferentes currículos, conforme as demandas e intercorrências de cada momento. Tais currículos são sempre uma experiência política, cultural e social que orienta uma espécie de “projeto de seres humanos”. (SILVA e COSTA, 2018, p. 102)

Segundo os autores é importante uma educação antirracista no cotidiano das escolas para discutir a importância das etnias que formaram o Brasil, e essa educação se faz a partir dos diferentes contextos históricos e das culturas existentes no Brasil.

Wlamyra Albuquerque em *Uma história do negro no Brasil* (2006) discorre sobre o surgimento das organizações negras no século XIX:

As organizações negras são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Algumas delas têm uma longa história, que remonta ao século XIX, no tempo em que uma boa parte da população afro-brasileira ainda lutava para emancipar-se da escravidão. Outras foram criadas em resposta à discriminação e às péssimas condições de vida do negro no século XX. Neste e no próximo capítulo iremos tratar dessas organizações, suas estratégias de luta, formulações políticas, ideologias, suas denúncias específicas. Todas essas coisas eram muitas vezes veiculadas por uma imprensa militante que vamos apresentar ao leitor. E vamos também falar de alguns dos resultados dessa luta pela inserção positiva do negro na sociedade brasileira. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 255)

Os argumentos trazidos por Albuquerque (2006), demonstram o surgimento das organizações antirracistas que neste trabalho são necessárias para compreender que ainda no século XXI é importante dar empoderamento ao negro utilizando heróis retintos dada a violência e marginalização vividas pelas crianças e jovens negros no dia a dia.

Capítulo I. ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA - O ALEIJADINHO: CONTEXTO HISTÓRICO SURGIMENTO DAS VILAS E DOS ARRAIAIS MINEIROS

*Não se esqueça que o negro também construiu
 As riquezas do nosso Brasil
 Pergunte ao Criador
 Quem pintou esta aquarela
 Livre do açoite da senzala
 Preso na miséria da favela
 Samba-Enredo 1988 - 100 Anos de Liberdade, Realidade Ou Ilusão
 G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ)*

Neste capítulo falamos de Antônio Francisco Lisboa, escultor, que produziu obras por encomenda para ornamentar as igrejas católicas em Minas Gerais, apelidado de Aleijadinho. A vida e obra de nosso artífice ainda hoje é carente de investigação e cheia de suposições. No texto de Guiomar Grammont (2008):

Ao deter-se no estudo dos artífices que teriam produzido as obras do chamado “barroco” brasileiro, Germain Bazin lamenta a falta de documentos mais precisos sobre a biografia desses personagens, atribuindo a obscuridade a uma “vigência de costumes semelhante à da Idade Média, quando o indivíduo valia pouco e não merecia que tivesse registrada sua passagem pela terra”. Não obstante, para o autor, embora seja “muito difícil captar a personalidade de cada criador”, o estudo do encadeamento de formas e escolas seria “facilitado pela abolição de todos os incidentes pessoais de caráter biográfico”. (GRAMMONT, 2008, p. 47)

Antônio Francisco Lisboa nasceu no estado de Minas Gerais, em Vila Rica. Filho do português Manoel Francisco Lisboa e da negra escravizada chamada Isabel. De acordo com Bazin (1971), os pais de Aleijadinho teriam vivido em concubinato. “Filho adulterino, o Aleijadinho só podia ser de mãe de cor. As mulheres brancas eram raras no Brasil, e geralmente bem-casadas e bem guardadas; os homens satisfaziam seus desejos sexuais com mulheres de cor [...]” (BAZIN, 1971, p. 89).

Nasceu mulato numa sociedade escravocrata em que havia negros e brancos nas cidades mineiras do século XVIII. Há várias discussões sobre a data de seu nascimento. Bretas⁵, o primeiro pesquisador, escreveu e publicou dois artigos sobre a vida de Antônio Francisco Lisboa, teria entrevistado a nora de Aleijadinho chamada Joana. Afirmou que entrevistou,

⁵Bretas era professor primário de Ouro Preto e antiquário amador. A biografia que escreveu sobre o “finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor”, foi publicada em dois capítulos num jornal local no ano de 1858. Como o Aleijadinho havia falecido apenas 44 anos antes, Brêtas pôde entrevistar diversos cidadãos de Ouro Preto, que na juventude haviam conhecido o escultor já velho. Entretanto, apesar de suas qualificações para o trabalho, os fatos que apresenta devem ser verificados. De toda forma, é na narrativa de Rodrigo Brêtas que se devem basear primeiramente todos os estudos sobre o Aleijadinho. (BURY, 2006, p. 25)

também, pessoas que conviveram com o escultor. (VASCONCELLOS, 1979). Para Bretas, Antônio Francisco Lisboa teria nascido no dia 29 de agosto de 1730, no entanto, essa data sofreu severos questionamentos, inclusive, a obra de Bretas, porque há um atestado de óbito do escultor que afirma que ele teria falecido aos 76 anos. Desta forma, após esta descoberta, muitos pesquisadores conseguiram comprovar que o ano correto do nascimento é o ano de 1738. (BAZIN, 1971)

Segundo Bazin (1971):

A adoção da certidão de batismo de 29 de agosto de 1730 como sendo a do Aleijadinho tem a contrariá-la a menção da morte deste no obituário da matriz da Conceição, onde ele consta como tendo morrido aos 76 anos, o que o faria nascer em 1738 e não em 1730: “Aos dezoito de Novembro de mil oitocentos e quatorze, faleceu Antônio Francisco Lisboa, pardo solteiro, de setenta e seis anos, com todos os Sacramentos encomendado e sepultado em cova da Boa Morte e para clareza fiz passar este assento e que me assinou O codjor José Comº. de Moraes”. Sei bem que algumas vezes errava-se nas idades indicadas nos obituários; mas, apesar de tudo, isso é a exceção. Na realidade não teríamos o direito de invalidar a menção do obituário da matriz da Conceição a não ser que o documento contraditório (certidão de batismo) estivesse perfeitamente certo. Ora, está longe de ser assim. Levados a escolher entre um e outro documento, não devemos preferir aquele que não apresente nenhuma dúvida sobre a identidade do personagem? (BAZIN, 1971, p. 82)

De acordo com Vasconcellos (1979), Manoel Francisco Lisboa foi casado com Antônia de São Pedro:

Em 1938, ano do nascimento de Antônio Francisco, seu pai casou-se com Antônia Maria de São Pedro, vindo o casal a gerar três filhas e um filho: Maria da Conceição, Joaquina, Madalena e Félix. Quando faleceu, deixou herança significativa à descendência legítima, como se pode depreender da doação de imóveis que as irmãs fizeram ao irmão para se constituírem em patrimônio necessário a sua ordenação sacerdotal em 1778. É de presumir-se que possuíssem outros recursos além dos doados, porquanto pelo menos duas delas conservavam-se solteiras à data da doação, como se pode deduzir do fato de apenas a mais moça aparecer com o sobrenome “de Jesus”, e não “Lisboa”. (VASCONCELLOS, 1979, p. 11)

Há duas hipóteses para que Antônio Francisco Lisboa após o nascimento ter sido liberto, a primeira é a Lei do Ventre Livre⁶ promulgada em 1871, os filhos de mulheres negras

6

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. (Lei Nº 2.040 de 28 de setembro de 1871)

escravizadas nasceriam livres; a segunda é “como Portugal seguia o costume romano, a criança nascida de mãe escrava, ao nascer ou na ocasião do batismo, podia ser declarada livre pelo pai” (BURY, 2006, p. 25). Quanto às características físicas, em muitos trabalhos observamos que a fisionomia de Aleijadinho segue o padrão afirmado nos trabalhos de Bretas.

No texto de Bury (2006):

Antônio Francisco era um mulato escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada e o gênio agastado. A estatura era baixa, o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a cabeça redondos e volumosos; o cabelo preto e anelado, barba cerrada e basta, a testa larga, o nariz regular e alto pontiagudo, os beiços grossos, as orelhas grandes e o pescoço curto. (BURY, 2006, p. 26 *apud* BRETAS, 1951, p 23)

Ao longo de nosso trabalho iremos tratá-lo como artista, no entanto, no século XVIII o conceito de arte como conhecemos hoje ainda não existia, o conceito surgiu bem depois.

Ele produziu suas esculturas em estilo barroco e rococó, em um outro capítulo abordaremos esses estilos mais a miúdo.

Antônio Francisco Lisboa foi escultor, entalhador e ornamentista. Suas obras teriam sido fruto de uma emulação ou autodidatismo? Mas com quem aprendeu a produzir suas obras?⁷ Com o pai Manoel, com um artesão que vivia em Vila Rica, ou em uma viagem ao Rio de Janeiro onde teria tido um filho cujo nome também era Manoel, uma homenagem ao pai dele? Nunca saiu do país, essa afirmação é reafirmada em todas as referências pesquisadas para fazer este trabalho. Percebemos em vários autores que esse é um ponto cheio de indagações, discussões e cada autor discorre sobre uma determinada teoria. Entretanto, há uma unanimidade em se tratando de trabalhos que reconhecem a importância de Aleijadinho, é a de que ele foi

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral Decretou e ela Sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. (LEI N° 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871)

⁷Começou, então, a caça ao tesouro: onde estaria a origem, o princípio, o cálice do Santo Graal? [...] Diversas semelhanças foram sendo estabelecidas aqui e ali, pipocaram descobertas que faziam o regozijo dos críticos, sequiosos por comprová-las. (GRAMMONT, 2008, p. 252)

um artista genial e sua originalidade⁸ é ressaltada em diversas obras. A época, o momento, o espaço também forjou o artífice, ela também foi única assim como o estilo barroco e rococó. Ambos foram discriminados, mas sobreviveram às críticas e às tentativas de apagamento, graças aos pesquisadores.

Segundo Fonseca Júnior (1957):

Embora, no íntimo, possamos não agradar do barroco (e o barroco é movimento, é ciclotímico, extrovertido) e do estilo (e o estilo é o homem, já dizia Buffon) ou do “modus faciendi” de Antônio Francisco Lisboa, aprovamo-lo, todos os compatriotas. E com ele sentimos, porque ele colocou em seus trabalhos um traço lidicamente brasileiro e de mestiçagem, de revolta contra o preconceito, de desejo de independência (economia e política) e um forte sentimento de liberdade, libertação. Tudo traduzido em um expressionismo, que fala a língua universal do sentimento, daí porque admirado, também, por estrangeiros.

A ideia de libertação está arraigada no inconsciente até dos maiores estilistas e conservadores, ainda que recalcada por quaisquer fatores (o homem é um animal que aspira a liberdade), mas ao tempo, só o Aleijadinho teve coragem de libertar-se, artisticamente, ou do caricaturesco, às vezes, para expressar, primordialmente, a idéia. É claro que não poderia tirar do nada. (o homem criador, mesmo genial, é um pobre arremedo do Criador). Quase autodidata (sabe-se apenas, ao certo, que teve mediocres mestres e nunca foi discípulo de um verdadeiro escultor), foi instruir-se (provavelmente) em estampas e iluminuras, que lhe puderam fornecer os religiosos que lhe encomendaram a obra. (FONSECA JÚNIOR, 1957, p. 18)

Bury e Bazin, assim como muitos pesquisadores, atestam que Aleijadinho sabia ler e teria ao menos frequentado à escola primária. Se ele tinha conhecimento de latim, não se pode afirmar isso. Mas com certeza, ele conseguiu ser letrado “vários documentos assim o afirmam _ sob o texto por ele escrito, encontra-se traçada sua assinatura, com o penacho barroco, a princípio firme e orgulhosa e que, nos últimos anos, torna-se hesitante e trêmula” (BAZIN, 1971, p. 93).

Ainda, segundo os estudos do autor, Aleijadinho estudou em um seminário:

[...] Não é significativo o fato de que o mais genial dos artistas brasileiros do século XVIII, o Aleijadinho, tenha disso mulato, bem como o mestre Valentim, oriundo de Minas e o artista em voga no Rio em princípios do século XIX? Essas pessoas de cor, aliás, agrupam-se para se defenderem: as irmandades lhes fornecem ambiente religioso, onde eles tomam consciência dos seus direitos. (BAZIN, 1971, p. 72)

⁸O conceito de "originalidade" foi então definido, sem ser abandonado, e esvaziou-se a ideia de emulação, diante da hipótese da "recriação" das obras pelo "artista genial". A tal ponto que, hoje, nenhum pesquisador ousaria sustentar a tese de que as práticas artísticas das Minas teriam sido "autóctones". (GRAMMONT, 2008, p. 253)

No que tange aos possíveis mestres de Antônio Francisco Lisboa há várias divergências e hipóteses como já afirmado anteriormente. Para Fonseca Júnior (1957), Aleijadinho sofreu influência do meio em que viveu, por isso, suas obras adquirem um tom dramático e “horrendo”. Aleijadinho seria fruto dos problemas da terra _ preconceito racial, abandono do pai e de seus meios irmãos, do estilo barroco, da sociedade que vivia em busca do ouro _ por tudo isso, de acordo com o pesquisador não teria tido nenhum mestre, ele mesmo havia se forjado, se moldado teria sido um autodidata, dada as terríveis circunstâncias em que viveu.

De acordo com Fonseca Júnior (1957):

Em sua obra é o Aleijadinho inteiramente pessoal e virgem de grandes influências de mestres. Nunca teve de fama. Não passou por um currículo. Nunca viajou. Nasceu, viveu e morreu em Minas. Não recebeu grandes influências do pai (arquiteto para alguns), apenas carpinteiro, conforme José Mariano Filho. Nem de João Gomes Baptista. Influências de Francisco Xavier de Brito são discutíveis. (FONSECA JÚNIOR, 1957, p. 47)

Para alguns autores Aleijadinho não teve influência nenhuma de seu pai, o português Manoel, para outros o primeiro mestre que teve foi o pai. Mas, Aleijadinho para produzir tudo o que fez enquanto pôde esculpir sabia as técnicas de desenho, escultura e alguns afirmam que de arquitetura também. Um provável mestre de Antônio Francisco Lisboa teria sido o também português João Gomes Batista, que aprendera desenho no Rio de Janeiro com o renomado artista Francisco Vieira de Matos. Contudo, percebe-se que esta afirmação leva a acreditar que Aleijadinho, mesmo sem ter saído do país, havia sofrido influência europeia em suas obras (BAZIN, 1971). Voltamos à questão levantada pelos pesquisadores sobre a originalidade do nosso artífice. As tentativas de comprovar a emulação ou o autodidatismo se dão exatamente sobre essas questões, teve influência ou não europeia, dos artistas da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, a mudança no conceito de originalidade problematizado por Guiomar Grammont.

Com o advento do ouro em Minas Gerais, assunto que será tratado em outro capítulo, houve um crescimento expressivo das igrejas nas cidades mineiras. A concorrência entre as irmandades fez com que uma quisesse se sobrepor a outra, e isso se dava através da construção, ornamentação das igrejas e das imagens reproduzidas dos santos católicos. Isso fez surgir várias associações de ofício, cada uma tinha um mestre e eles recebiam várias encomendas. Mariana, Ouro Preto, Sabará e São João del Rei, todas estas cidades concorriam para ver quem teria as mais belas capelas e igrejas. (Bazin, 1971)

[...] Assim como na Metrópole, o espírito associativo se evidenciou mais concretamente por meio de associações leigas, sob a forma de irmandades, confrarias e ordens terceiras, para onde afluíram os artífices e artesãos do período colonial. Sob o aspecto econômico, as corporações de ofício representaram uma forma associativa voltada para a defesa dos interesses de seus integrantes e, nessa medida, para regulamentar a produção e a venda de suas mercadorias[...]. (GRAMMONT, 2008, p. 194)

Ainda conforme Guiomar Grammont:

[...] As associações de ofícios eram extremamente hierarquizadas e aristocráticas: os demais oficiais deviam obediência ao mestre, que era quem tomava todas as decisões. Para Herrs, muitas vezes, os mestres de ofício eram, na verdade, mercadores e empresários que tinham a iniciativa de fundar um *mester jurado* justamente para vigiar melhor seus obreiros. Para ter acesso ao mestre era preciso apresentar uma obra-prima, o que exigia muita habilidade profissional, mas era preciso, sobretudo, fazer um grande investimento capital. (GRAMMONT, 2008, p. 195)

Antônio Francisco Lisboa foi dono de uma casa de ofício e recebia pelas obras. Várias irmandades contratavam o trabalho do artista. Há o registro de muitos desses contratos. No entanto, percebe-se na obra de Bazin que o ofício do artífice também foi constatado por causa do contrato de seus serventes e pelas características específicas de sua obra. Há vários documentos que comprovam o pagamento das encomendas feitas. Há também uma crítica feita em relação à falta de alguns documentos que possam comprovar que uma determinada obra foi feita sob a encomenda que lhe fizeram, no entanto, há o registro do recebimento por um de seus empregados/escravos. Aleijadinho teve três escravos Maurício, Januário e Agostinho. Uma possível escrava chamada Anna.

Maurício estava sempre com Aleijadinho, ele que atava o martelo nas mãos de seu mestre e dono, muitas vezes, Aleijadinho dividia o que ganhava com ele. Agostinho também era escultor. Januário ajudava Aleijadinho a montar para que fosse trabalhar nas capelas.

Os artesãos, nesta época, imitavam as obras que vinham de Portugal talhando em madeira, faziam também consertos nas obras importadas. O talento de Aleijadinho, ou seja, sua genialidade foi utilizar técnicas inovadoras.

Até 1760, o Brasil não conhecia senão duas formas de escultura: a talha, realizada em madeira, termo que designa a feitura de retábulos e de lambris decorativos das igrejas, e a escultura das imagens de santos, executada na madeira, ou, às vezes, modelada em terracota. [...]

Quanto à escultura monumental em pedra, antes de 1760 só era praticada numa região muito limitada, onde se encontram bons calcários macios, isto é, nos Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Nessas províncias, desde o

ínicio do século XVIII, os entalhadores da pedra imitaram, nas fachadas das igrejas, as ornamentações de madeira, dando-lhes um caráter novo de natureza primitiva; [...] Depois de 1760 uma forma mais sábia da escultura monumental foi trazida para o Brasil pelas fachadas em lioz vindas de Lisboa. O mérito de Aleijadinho será o de dotar o Brasil de uma escultura monumental própria, cuja qualidade ultrapassará o que havia sido feito até mesmo em Portugal. (BAZIN, 1971, p. 31)

A doença de Antônio Francisco Lisboa apareceu quando ele tinha 40 anos. Até hoje, muitos pesquisadores tentam comprovar por qual doença foi acometido. O que está em nossa memória é a lepra, no entanto, muitos médicos tentaram por meio da biópsia do corpo dele, feita de forma até clandestina que ele teria tido, sífilis, escorbuto, entre outras doenças (GRAMMONT, 2008). Outros tentaram comprovar que ele teria bebido um chá dado por Helena, uma amiga ou uma namorada, e esta teria feito de propósito ou para ajudá-lo a se curar de uma enfermidade. Como podemos notar, são várias conjecturas que foram levantadas ao longo do tempo, esse tema também será abordado em outro capítulo.

Na vida adulta, Antônio Francisco Lisboa foi contemporâneo de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Joaquim da Silva Xavier, os inconfidentes⁹. O filme *Aleijadinho, Gênio da Arquitetura Barroca de Minas Gerais* faz uma alusão de que ele teria sido amigo de um dos inconfidentes, além disso, enquanto estudava arquitetura e desenho em uma paróquia ele teria ouvido uma conversa que se tratava de uma reunião dos inconfidentes. Esse não é o foco de nosso capítulo, mas achamos interessante trazer essa informação, já que em nossa pesquisa buscamos todos os tipos de meio iconográfico para retratar a vida e obra de nosso artífice e a compreensão do contexto histórico de Minas Gerais. Neste capítulo abordaremos o contexto histórico que abrange o surgimento das cidades mineiras e da sociedade, assim como o auge e o declínio do ouro, o que culminou em algumas revoltas, uma delas a Inconfidência Mineira.

Agora é chegada a hora de seguir as estradas e os trilhos mineiros para conhecer os aspectos das vilas e dos arraiais mineiros, que edificaram o estado que hoje denomina-se Minas Gerais e forjaram a persona Aleijadinho.

⁹[...] os inconfidentes de 1789, ao contrário de seus predecessores, sonhavam com a independência do Brasil. Eram advogados, administradores, militares e religiosos e, três deles, poetas de valor. [...] A inconfidência _ literalmente “traição” _ de 1789 foi punida com uma severidade que deu aos seus líderes uma aura de martírio, embora só Joaquim José da Silva Xavier tenha sido executado. (BURY, 2006, p. 24-25)

Há dois motivos para a crescente população em Minas Gerais: o primeiro foi a descoberta e a extração do ouro que era do tipo aluvião¹⁰ “(leitos dos rios), onde o ouro é encontrado em partículas soltas, junto com cascalho de quartzo, areia e terra e filões¹¹, onde o metal precioso aparece em veios disseminados em quartzo ou em outras rochas auríferas” (REIS E SOUZA, 2006, p. 2); o segundo foi a mudança da atividade econômica que passou do ouro para a agropecuária. Os dois contextos reafirmaram a administração e o domínio português sobre a colônia (CHAVES, 2012).

Desde o início da colonização, os portugueses buscavam ouro e diamante, diferentemente de seus vizinhos espanhóis que encontraram ouro assim que chegaram na américa – ouro asteca e inca –, os portugueses só foram descobrir o ouro em uma quantidade considerável dois séculos depois. O nascimento das vilas e arraiais mineiros no século XVII e XVIII é cheio de histórias de assassinatos, bandidos, cobiça, furtos e até mesmo uma falsa casa da moeda. Tudo isso justifica-se pelo afastamento da colônia com a metrópole.

As mudanças na organização política desencadeadas pelos ideais iluministas que surgiram em meados do século XVII e a diferença da importância de Portugal em relação aos outros países europeus fizeram com que Portugal mudasse de atitude em relação à colônia. Introduziu uma administração que tinha como base o despotismo esclarecido baseado na ilustração. A relação dos colonos e dos metropolitanos precisava ser amistosa para que Portugal não perdesse a colônia e tudo que vinha dela, no entanto, a distância geográfica e a relação política existente entre a colônia e a metrópole desencadearam vários conflitos. A distância “dilata sensações de abandono, levando a uma dimensão cada vez mais inalcançável e inatingível aquela que se constituía na expectativa que sustentava o poder dos soberanos e o contrato com seus súditos” (JUNIOR, 2008, p. 6 apud FIGUEIREDO, 1996, p. 287).

No segundo caso, as ordens dadas pelo rei precisavam ser atendidas, para isso eles enviaram alguns governadores, alguns foram bem-sucedidos, outros tiveram muitas dificuldades dada a resistência dos colonos:

O multifocal poder que se encontra na região das minas é formado sem dúvida por este “esquecimento” da coroa. A não supervisão dos veículos de controle que engendra uma política colonizadora refém da distância colonial. E se por um lado têm-se colonos ‘licenciosos’, por outro há agentes régios que abusam

¹⁰A coleta era feita em rios e lagos utilizando peneiras, catas e tabuleiros. Era feito a céu aberto.

¹¹Igual ao aluvião, também era feito em céu aberto em rochas, mas quando não era visto na superfície precisava de técnicas mais avançadas de escavação.

de suas prerrogativas de representantes do rei. (JUNIOR, 2008, p. 6 apud SOUZA, 1982, p. 136-137)

Outro fato relevante é a educação recebida pelos filhos das famílias abastadas, que iam estudar na Europa, principalmente na universidade de Coimbra, Portugal, e voltavam para a colônia com os ideais do iluminismo reivindicando a liberdade de parte ou da totalidade do Brasil colônia (Junior, 2008). Percebemos que muitas forças externas à colônia influenciaram e foram determinantes nas mudanças administrativas portuguesas. Surge então Minas Gerais envolta por vários conflitos, contrastes que marcam a administração extremamente política do poderio português e a resistência dos colonos. “As atividades fiscais nas Minas, desde o seu descobrimento, oscilavam na busca de um direito régio razoável aos colonos em detrimento de um tributo pesado, o que suscitava conflitos.” (JUNIOR, 2008, p. 7)

Junior (2008), ressalta:

Neste tocante, pensar na colônia como ponto isolado é ledo engano. A interligação de um complexo atlântico que é representado sem dúvida na mudança de atuação da administração colonial é fato evidente. Interessantemente António Manuel Hespanha disserta sobre o conceitual de Antigo Regime, segundo ele o poder real, partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia, além de o direito legislativo da coroa ser limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*iuscommune*) e pelos usos e práticas jurídicas locais. Os deveres políticos cediam perante os deveres morais, (graça piedade misericórdia e gratidão) ou afetivo dos correntes laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e clientes, bem como os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada de seus direitos e atribuições podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei, e tendendo por isso, a minar e expropriar o poder do real. (JUNIOR, 2008, p. 3 apud HESPAHNA, 2001, p.167)

No Brasil colônia, o ouro foi encontrado em poucas quantidades em São Paulo e no Sul no século XVI. A mão de obra utilizada era a indígena, eles poderiam receber pelo trabalho. No entanto, os colonos ficaram insatisfeitos com a baixa oferta de mão de obra. As primeiras casas de fundição foram implementadas antes do século XVII, no entanto, não havia Regimento¹² para administrá-las. O primeiro Regimento foi transscrito no Brasil somente em 1652, mas não conseguiu ser efetivo dada a já existência das casas de fundição e toda a complexidade dada à

¹²O Regimento instituiu a figura do provedor, comparável aos oficiais de minas da Alemanha, do tesoureiro e do escrivão das minas, responsáveis por sua repartição e supervisão [...] (Renger, ?, p. 96)

É importante observar também que o Regimento, no seu art. 53o, prevê a instalação da casa de fundição: O Governador do dito Estado [...] mandará fazer uma casa [...] à qual virá todo o metal de ouro e prata que das minas se tirar, para nela se fundir [...] e se marcará todo com as minhas Reais Armas deste Reino e se fará conta do que pertencer a minha Fazenda pelo quinto que a ela se deve, o qual se pagará logo no mesmo metal que se fundir... (Renger, ?, p. 96)

sonegação já estruturada. O Regimento determinava também a contratação de mineiros experientes para escavar ou retirar ouro em aluviões. (RENGER, 2018)

Conforme já exposto acima, o surgimento do que hoje conhecemos como Minas Gerais é composto por vários desvios morais¹³, que culminaram em traições e assassinatos. O rei de Portugal, Afonso VI, deu o título de “Capitão-mor das minas e esmeraldas” (grifo do autor Bazin) a Fernão Dias Paes Leme e escreveu-lhe para que organizasse uma expedição para descobrir as minas. No dia 21 de julho de 1674, Fernão Dias Paes Leme partiu de São Paulo, mas já no início teve grandes dificuldades, uma delas foi a traição de seu próprio filho. Para conter esta traição Fernão Dias o enforcou.

[...] Mas logo os paulistas organizaram expedições de descoberta que tinham por fim a exploração das regiões ainda desconhecidas do Brasil, onde esperavam encontrar principalmente minas de prata ou de esmeraldas. Esses tipos de corpos voluntários, meio militares, meio civis, chamados *bandeirantes*, comparavam-se às caravanas, do deserto, levando junto mulheres, crianças, toda uma população feita de brancos, de mamelucos, de índios, de gado, de provisões, acampando às vezes, um pouco mais demoradamente, a fim de cultivarem a terra e renovarem os estoques de cereais. Foram essas bandeiras, das quais algumas se irradiaram também a partir da Bahia, que iriam aprofundar o Brasil para além da região costeira. (BAZIN, 1971, p. 67)

Fernão Dias não foi bem sucedido na descoberta do ouro, muito menos de esmeraldas, chegou até a encontrar umas pedras verdes pensando ser a pedra tão sonhada e cobiçada, mas foi um engano. No entanto, o que teve êxito em sua jornada foi a descoberta de novos caminhos, sem ser apenas o marítimo, esse caminho ligava São Paulo, Rio e Bahia. Fernão Dias faleceu no dia 1681, “sua entrada triunfal na cidade foi um cortejo fúnebre: arrasado pelas febres no caminho de volta, ele morreu às margens do rio das Velhas, no outono” (Bazin, 1971, p. 68) A bandeira de Fernão Dias passava agora ao comando de Manoel Borba Gato¹⁴, enquanto o novo

¹³Para avaliar a importância da atividade mineradora, é suficiente considerar que teria produzido, em ouro, cerca de mil toneladas e, em diamante, 3 milhões de quilates, cujo valor total corresponde a 200 milhões de libras esterlinas, o equivalente a mais da metade das exportações de metais preciosos das Américas.

A região aurífera foi objeto da maior disputa que se deu no Brasil. De um lado, os paulistas, que haviam feito a descoberta e reivindicavam o privilégio de sua exploração. De outro lado, os baianos, que, havendo chegado antes à região com seus rebanhos de gado, tinham tido o cuidado de registrar suas propriedades territoriais – um certo Guedes, tabelião da Bahia, registrou para si mesmo um fazendão que ia da Bahia até o meio de Minas Gerais. A guerra entre os disputantes agravou enormemente a violência, com tradições, assassinatos e roubos. Um pai mandou enforcar seu filho; um filho largou seu pai dentro de um esquife maciço no rio das Velhas, rezando para que ele chegasse ao mar e a Portugal. (RIBEIRO, 1995, p. 152-153)

¹⁴Para guarda-mor do distrito das minas do Rio das Velhas, o governador nomeou o tenente-general Manoel Borba Gato, em 7 de março de 1700, que veio a se tornar superintendente das minas do Rio das Velhas em 9 de junho de

administrador das minas do Brasil, Dom Rodrigo Castelo Branco ia ao encontro da bandeira de Borba Gato, este o assassinou em uma emboscada (REGER, 2018).

O que provocou o *rush* do ouro foi a descoberta feita por um mulato, que havia participado de uma expedição. Ele encontrou o “ouro negro” em um rio. Como ele descreveu o lugar com detalhes, inclusive como os índios denominavam a pedra que ficava próxima ao riacho, não foi difícil encontrá-lo. A bandeira de Antônio Dias de Oliveira foi até o local para averiguar e acabou encontrando o ouro em grandes proporções que jamais havia sido encontrada anteriormente.

Durante as duas décadas seguintes, os achados se multiplicaram e atraíram cada vez mais aventureiros. Somente em junho de 1695, o novo governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas (1695- 1697), remeteu a primeira amostra de ouro das novas minas ao rei D. Pedro II. No mesmo ano foi instalada uma casa de fundição em Taubaté, lugar escolhido por sua posição estratégica entre as “minas de serra acima” e São Paulo, pois nas lavras prevaleceu o improviso, e não existia nenhuma vila que pudesse oferecer o mínimo de segurança para um tal estabelecimento. Como provedor foi nomeado Carlos Pedroso da Silveira. Essa casa de fundição funcionou somente até 1704, quando foi transferida para Parati, pois não foi possível subir a serra com o chamado balancim, a prensa para aplicar as marcas reais nas barras de ouro. (ROGER, 2018, 97)

A descoberta do ouro¹⁵ em grande quantidade no final do século XVII¹⁶, pelos bandeirantes, impulsionou a expansão do território pertencente à América portuguesa e ocasionou o surgimento das vilas e arraiais, o que originou as cidades do estado de Minas

1702. Mais tarde, já no governo de Antonio de Albuquerque, Borba Gato foi nomeado provedor e juiz de sesmarias dos distritos de Sabará, Caeté e Rio das Velhas (APM, SC 07, f. 42). Além de dar providências para a repartição e distribuição das lavras e outras medidas administrativas, o regimento proibiu a compra de gado e negros na Bahia com ouro em pó não quintado. (Roger, 2018, p. 98)

¹⁵A primeira descoberta de ouro no Brasil está documentada na lápide de Brás Cubas, fundador da cidade de Santos, onde se lê: “...descobriu ouro e metais no ano de 1560 [...] faleceu no ano de 1592.” (AZEVEDO MARQUES, p. 150). Luis Martins, mineiro profissional enviado de Portugal, em 1559, a pedido de Brás Cubas, apresentou três marcos (ca. de 690 g) de ouro na câmara de Santos, em maio de 1562. Não consta que pagou os quintos, pois afirmava que iria remeter o ouro ao governador-geral do Brasil, na Bahia. (Renger, ? p. 94)

A partir da primeira descoberta, que foi provavelmente na Serra de Jaraguá, situada na periferia norte de São Paulo, a mineração de ouro se expandiu para o litoral sul de São Paulo (Iguape, Cananéia e Vale do Rio da Ribeira) até Paranaguá e Curitiba (LICCARDO et al., 2004). Achou-se ouro tanto em aluvião como em rochas, mas eram minas fracas, como evidencia o fato de não ter havido uma invasão maciça, como mais tarde nas Minas Gerais. Porém, serviu para o desenvolvimento de técnicas de mineração no Brasil [...] (Renger, ? p. 94)

¹⁶Em fins do século XVII, foi descoberto ouro nos montanhosos sertões do interior do Brasil, datando algumas descobertas já na década de 1680, embora o anúncio oficial só tenha sido feito em 1695. Nos anos subsequentes, novos depósitos de ouro foram localizados na mesma região e, posteriormente, diamantes numa área mais ao norte. (BURY, 2006, p. 22)

Gerais; “esses homens haviam sido encorajados pela Coroa portuguesa com promessas de títulos de nobreza e direitos sobre suas descobertas” (BURY, 2006, p. 20).

Figura 1: Surgimento do estado de Minas Gerais



Fonte: <https://www.em.com.br/app/moticia/cultura/20q9/03/24>

Em fins do século XVII, a região montanhosa que deveria tornar-se o Estado de Minas Gerais não passava de uma região deserta, percorrida por algumas tribos de índios. Cinquenta anos mais tarde, aí floresceu uma civilização tão próspera, que iria desempenhar, nos destinos do Brasil, um papel primordial e dar-lhe suas mais belas obras de arte. Não sei se existe na História um outro exemplo de implantação tão rápida e tão profunda de civilização em território virgem.” (BAZIN, 1971, p. 67)

A criação das vilas, que ocorreu entre 1711 e 1730, este fato se deu por conta da reafirmação do poder monárquico para impossibilitar que outros viessem a se apossar do ouro que tardou, mas encontrou (CHAVES, 2012). Além disso, alguns anos depois, para não perder o ouro de vista e ter uma melhor administração, a capital do Brasil, que antes ficava em Salvador, passou a ser a cidade do Rio de Janeiro em 1763, cidade próxima às vilas mineiras, porque no Rio de Janeiro ficava o porto de embarque do ouro para Portugal.

Chaves (2012), discorre sobre o surgimento das primeiras vilas:

Em 1711, foram instaladas as três primeiras e principais vilas: Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila de Sabará. Entre 1713 e 1730, foram erigidas mais seis vilas: São João Del Rei, Vila Nova da Rainha (Caeté), do Príncipe (Serro), Pitangui, São José Del Rei e Bom Sucesso das Minas Novas. (CHAVES, 2012, p. 2)

A possibilidade de enriquecer gerou muita cobiça e acontecimentos nebulosos dos portugueses e dos primeiros nascidos na América portuguesa. A descoberta do ouro, assim como o tipo de extração, que era o de aluvião fizeram com que muitos negros escravizados, colonos, religiosos que abandonam seus mosteiros, aventureiros, entre outros, fossem para as

minas, o que contrariou os bandeirantes, já que a Coroa portuguesa havia prometido que eles também poderiam ficar com parte da descoberta, no entanto, passaram a exigir o Quinto¹⁷, que é uma quinta parte de todo o ouro arrecadado, o que gerou descontentamento aos bandeirantes que se achavam os donos das minas encontradas. Esse fato “e a instalação da capitania das Minas¹⁸ (CHAVES, 2012, p. 2)” gerou o descontentamento dos portugueses e uma revolta armada que foi chamada de Guerra dos Emboabas, nome dado por causa das botas utilizadas pelos paulistanos, “encerrada por volta de 1708 com a decisiva vitória dos imigrantes” (BURY, 2006, p. 22).

Observamos que a mudança da capital para a cidade do Rio de Janeiro em 1763 marcou o poderio lusitano. O desenvolvimento dos arraiais e das vilas mineiras é impregnado de conflitos, porque Portugal não queria perder o ouro que acabara de descobrir, neste sentido, pesa a mão sobre o Brasil colônia enviando governadores para legislar e determinar os rumos que deveriam tomar as decisões.

No século XVIII, a técnica de mineração era principalmente a da extração do ouro de aluvião. Entre 1700 e 1770, o Brasil produziu cerca da metade de todo o ouro obtido no resto do mundo durante três séculos, de 1500 a 1800. A produção aumentou verticalmente desde a época das primeiras descobertas, na década de 1690, chegou ao ápice na década de 1760, e daí por diante decaiu rapidamente. Boa parte do ouro foi usada por Portugal para compensar sua balança comercial desfavorável com relação à Inglaterra, consequência do Tratado de Methuen, de 1703. Esse tratado conferiu às manufaturas inglesas o monopólio de abastecimento do Império português e, como era garantido o pagamento em ouro, as indústrias inglesas tiveram um grande estímulo, e novas técnicas foram inventadas. (BURY, 2006, p. 22)

Grande parte da sociedade mineira era formada por negros e mulatos, segundo (VASCONCELLOS, 1979):

A mineração extensiva, não contrabalançada por atividades agrícolas ou pastoris; o isolamento da área para melhor controle da produção aurífera; as

¹⁷O quinto é uma instituição tributária antiga, muito anterior à descoberta do ouro nas futuras Minas Gerais, e tem suas origens no direito feudal ibérico, incidindo sobre coisas diversas, tais como a produção mineral ou agrícola, e sobre despojos de guerra dos súditos do rei, entre outros. Quinto não é um imposto, nem contribuição ou tributo: na realidade, trata-se do pagamento de um direito (como existe até hoje na forma dos *royalties*). Os direitos reais foram introduzidos na legislação portuguesa pelo rei D. Duarte, o “rei filósofo” (1433-1438), e incorporados logo às Ordenações Afonsinas (Livro II, título 24), que vigoraram entre 1446 e 1521, compreendendo, entre outros, o poder sobre o aparato militar, as estradas públicas terrestres e fluviais, a autoridade monetária, a nomeação de oficiais de justiça. (RENGER, 2006, p. 92)

¹⁸[...] em 2 de dezembro de 1720, a então Capitania de São Paulo e Minas do Ouro era desmembrada pela Coroa Portuguesa, dando origem à Capitania de Minas Gerais. [...] marcou, simbolicamente, o nascimento do nosso estado, tornando a data um marco crucial para o povo mineiro. (tjmg.jus.br) (<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-celebra-300-anos-da-criacao-da-capitania-de-minas-gerais.htm#.YpNkUMPMLIU>)

sucessivas revoltas populares contra a administração real; a debilidade e tergiversações desta; a limitação do número de escravos destinados a uma mesma exploração e a promiscuidade entre brancos e negros, promovida pelo tipo de trabalho que cumpriam e escassez de mulheres brancas, levaram à formação de uma sociedade eminentemente urbana, aberta, liberal e progressista. De certo modo, foi a primeira a delinear-se com estas características no hemisfério ocidental, onde até então predominavam as rurais ou fortemente setorizadas, de mentalidade discriminatória, elitista, fechada e conservadora. (VASCONCELLOS, 1979, p. 1-2)

Em 1713 os mineradores estavam descontentes com as cobranças intensas da coroa e fizeram uma série de exigências. Tiveram êxito com um dos governadores, mas quando tentaram uma insurreição armada na tentativa de obrigar D. Pedro de Almeida e Portugal, conde de Assumar, a assinar quinze artigos em prol deles, este fingiu estar rendido e aguardou a organização e suas tropas para capturar os líderes. Assassinou um deles de forma cruel e mandou colocar fogo nas casas de todos os revoltosos. (BURY, 2006)

O conde de Assumar tinha experiência militar, mesmo ainda sendo jovem. _ Muitos governadores, capitão-mor e condes de Assumar foram enviados ao Brasil colônia, porque já tinham uma certa experiência em guerras. Ele lutou na Guerra de Sucessão Espanhola e nas guerras da Índia portuguesa.

Nas jazidas apenas 3% de quem trabalhava era liberto, isso demonstra a utilização de mão de obra negra escravizada. Eles foram os que mais trabalharam nas minas, trouxeram o conhecimento da África consigo, aprimorando as técnicas de extração do ouro:

Ao que parece, muitas técnicas, senão a maior parte delas, usadas e indispensáveis nas várias etapas do processo mineratório – extração, remoção e beneficiamento – foram trazidas pelos escravos africanos, como bateia, canoas e carumbé. Cumpre lembrar que o processo de fundição do minério aurífero e de ferro, com utilização de fornalhas e foles, já era conhecido e usual no continente africano, como na África Central, hoje Zimbábwe, antes de 1500. (REIS E SOUZA, 2018, p. 4)

A possibilidade de comprar sua própria alforria também incentivava os negros escravizados a trabalhar nas minas. Em contrapartida, os negros escravizados que trabalhavam nas minas sofriam maus-tratos. Eram os mais cruéis de todas as regiões até então desenvolvidas. Isso fazia com que houvesse revoltas, o que preocupava o conde de Assumar. No entanto, os negros que conseguiam fugir não tinham êxito quando tentavam fundar quilombo, isso ocorreu nas regiões “mineiras” por muito tempo, dada a figura do capitão-do-mato.

O excesso na extração do ouro dada a corrida que se deu por ele, este entrou em decadência. No entanto, a coroa portuguesa continuava a exigir que lhe mandassem a mesma quantidade de ouro dos tempos áureos. Os encargos sobre o ouro só aumentavam.

A 3 de dezembro de 1750, o Marquês do Pombal instituiu a taxa obrigatória como contribuição extraordinária a derrama. São essas medidas draconianas tomadas em 1788 para o recebimento desse imposto que conduzem, no ano seguinte, à conjuração chamada “Inconfidência”. (BAZIN, 1971, p. 71)

Como estamos afirmando neste subcapítulo, a coroa portuguesa para reafirmar sua administração em relação ao Brasil colônia, administrou o ouro e após a decadência dele, passou a desenvolver a agropecuária, o que fez surgir os arraiais e mais vilas. Como a corrida pelo ouro aumentou demograficamente o número de imigrantes nos arredores das minas, não foi difícil passar da economia do ouro para a agropecuária.

No século XVIII, a população de Minas era composta basicamente de negros e brancos. A mestiçagem ganha grandes proporções, havia negros libertos, homens brancos que viviam em concubinato com mulheres negras, muitas vezes escravizadas. Crescia o número de operários, artesãos, soldados entre outros.

[...] Embora reduzida a uma condição inferior, mesmo depois de terem sido libertadas da escravidão, não constituíam, como se poderia crer, uma espécie de refúgio, mas toda uma população de operários ou artesãos, no seio da qual contentavam-se, frequentemente, artistas [...]. (BAZIN, 1971, p. 72)

No século XVIII, a busca desenfreada pelo ouro causou revoltas históricas e fez com que a Igreja criasse meios para tentar evitar a sede pelo ouro, que a esta altura já a prejudicava. Nessa tentativa, fundou alguns seminários. O pioneiro foi o de Mariana. A formação desses espaços desencadeou muitas disputas arquitetônicas e isso favoreceu os artistas, principalmente Antônio Francisco Lisboa.

Aleijadinho é um fruto bizarro resultante de influências ancestrais, raciais, mesológicas, educacionais e culturais, somadas as impressões infantis, traumas psíquicos, mais heredo sífilis, acrescida de sífilis adquirida. Tudo isso produziu: um aleijão, chamado por piedade de Aleijadinho. (FONSECA JÚNIOR, 1957, p. 27)

1.1 O artífice e suas fases - as doenças de Aleijadinho

Lepra, escorbuto, reumatismo poliarticular agudo, sífilis, hanseníase, porfiria cutânea, Zamparina? Que doença teve Aleijadinho? Que dor o torturou por mais de 30 anos? Por que a imagem que nos persegue de Aleijadinho é de um Quasímodo, assim como o corcunda de

Notre-Dame de Victor Hugo? Ou não foi acometido por nenhuma doença, mas sim ter caído da escada em que trabalhava e sofreu as consequências da queda? Como neste subcapítulo abordaremos as doenças de Aleijadinho precisaremos falar das deformidades adquiridas na disseminação da doença, por isso, é importante abordar o aspecto quasímodo. No próximo subcapítulo voltaremos a discorrer sobre este assunto.

Para fazer a presente pesquisa analisamos diversas obras, em algumas delas percebemos que os pesquisadores afirmam que Antônio Francisco Lisboa teve duas fases, uma antes da doença dita como fase sã e outra após a doença. Há pesquisadores que afirmam não ter havido essas fases. Percebemos que dada a complexidade da doença de Aleijadinho não é possível que sua obra tenha ficado ilesa a tanta dificuldade de esculpir e entalhar. Atar o martelo nas mãos com perda ou não de boa parte dos dedos das mãos são fatores que daria a qualquer ser humano uma dificuldade de construir qualquer coisa. Nesse sentido, mesmo que ele não tenha tido duas fases, entendemos que foi difícil para Aleijadinho seguir construindo projetos, esculpindo ou entalhando, o que também se comprova dada a baixa ao a quase nenhuma construção com a intensidade da doença.

Não tentaremos identificar a doença, mas sim trazer para a discussão e uma reflexão algumas das pesquisas feitas que tentaram descobrir que enfermidade foi capaz de afastar Antônio Francisco Lisboa de seus projetos arquitetônicos. Assim como as tentativas de diagnósticos pós morte, dada as várias exumações do corpo, até mesmo clandestinas. Esta última feita por John Bury, uma das referências já citadas neste trabalho.

Gama (1998), traz as doenças publicadas por Tancredo Alves Furtado em “Aleijadinho e a medicina”:

Zamparina; Humor gálico; Humor escorbútico; Cardalina ou Cardina; Gastão Penalva (1930); Doença de Raynaud; Endoarterite obliterante; Lepra; Siringomielia; Bócio; Bouba; José Mariano Filho; Lepra; Reumatismo Deformante; Acidente Vascular Cerebral; Deformidades congênitas; Sesquicentenário da morte (1964); Tromboangeite obliterante; Paramiloidosepolineurítica; Porfiria ; Mesa Redonda da AMMG (1968); Trombo-angeite obliterante; Artrite Reumatóide; Acidente Vascular Cerebral; Hiperteilarismo e estrabismo divergente (GAMA, 1998, p. 1)

Como observado, há uma vasta literatura sobre o assunto. No entanto, uma a uma foi sendo desconsiderada dada as características de Aleijadinho presentes no livro de Bretas. Como ter certo tipo de doença que o impossibilitava de subir em escadas, por exemplo? Ou até mesmo os diagnósticos que não condizem com as reações, uma delas o aspecto da deformação do rosto

de Antônio Francisco Lisboa. Fato é que ninguém conseguiu diagnosticar o que realmente vitimou Antônio Francisco Lisboa.

Todas as literaturas que foram pesquisadas para elaborar este trabalho não chegaram a nenhuma conclusão. Na época em que Aleijadinho viveu muitos tentaram diagnosticar o que estava ocorrendo com ele. Após a morte, o corpo dele foi exumado de forma legal e até clandestina na tentativa de descobrir o que tinha ocorrido com ele. No bicentenário de Aleijadinho, houve uma Semana de Aleijadinho para prestar homenagem e a Associação Médica¹⁹ de Minas Gerais discorreu sobre o tema.

O maior pesquisador sobre esse assunto em relação a Aleijadinho foi Geraldo Guimarães da Gama, professor de Reumatologia da UFMG. Ao final do encontro, elaborou-se um trabalho que foi publicado no livro *Os mistérios de Aleijadinho* (Marques Filho, 2010). Vamos fazer uma reflexão sobre os diagnósticos expostos pelos pesquisadores. O que nos deixou perplexos é a vasta gama de diagnósticos. Até mesmo uma bebida chamada *Cardina*²⁰, que ele teria tomado para aprimorar seu talento ou para curar algo que estava sentindo, provavelmente o início da doença, o teria deixado enfermo e disforme.

Bazin (1971), aponta que o primeiro a falar da enfermidade de Aleijadinho foi Bretas. Para ele, em 1777, aos 39 anos começou o martírio de Antônio Francisco Lisboa.

É em 1777 que ele fica enfermo. Essa data, dada por Bretas, é confirmada por dois pagamentos feitos em 1777 e 1778 a negros encarregados de transportá-lo para a capela de Merces e Perdões, onde vai supervisionar os trabalhos. Durante esses anos de 1777, 1778 e 1779, ele deve trabalhar no lavabo da sacristia de São Francisco, de Ouro Preto, que foi oferecido pelos sacristãos desses anos. (BAZIN, 1971, p. 119)

Conforme Olmos (2010), há duas fases de Aleijadinho por conta da enfermidade:

O aparecimento da doença divide em duas fases nítidas a obra do Aleijadinho. A fase sã de Ouro Preto e São João d'El Rei se caracteriza pela serenidade equilibrada, e pela clareza magistral. Na fase de Congonhas do enfermo,

¹⁹Ilustres professores foram convidados para os debates, entre eles, Alípio Correia Neto, da USP; Tancredo Alves Furtado, da UFMG; Pedro Salles, da UFMG; René Laclette, do Rio de Janeiro; e Geraldo da Gama. Cada um dos especialistas defendeu sua tese, segundo sua experiência profissional: hanseníase, tromboangeite obliterante, paramiloidose (doença dos pezinhos), porfiria e artrite reumatoide juvenil. Todas possíveis, mas de difícil comprovação. (MARQUES FILHO, 2010, p. 1)

²⁰Esta substância mereceu estudos acurados de Gastão Penalva que concluiu ser a mesma um alucinógeno extraído de cardos, semelhante ao peyote usado pelos índios mexicanos. Usada para produzir aumento da sensibilidade e inspiração, só determinou a atribuição da causa dos males de AFL após uso de dose elevada. Não é plausível atribuir ação danificante sobre as mãos e os membros inferiores do artista, aleijando-o. (GAMA, 1998, p. 3)

desaparece aquele sentimento renascente da fase sã, surge um sentimento mais gótico e expressionista. A deformação na fase sã é de caráter plástico. Na fase doente é de caráter expressivo. (OLMOS, 2010, p. 224)

Figura 2: Profeta Ezequiel com Daniel ao fundo. Escultura de Antônio Francisco Lisboa



Fonte: portal.iphan.gov.br

Olmos (2010), não foi o único a afirmar que havia um certo expressionismo nas obras do artífice, Fonseca Júnior (1957) afirma isso e vai além, diz que nas obras de Aleijadinho havia um expressionismo barroco, porque ele ia além da forma, havia uma humanidade, uma complexidade nas formas que lhe dava uma exuberante forma. Para ele, Aleijadinho deformava suas próprias obras porque ele também era deformado, assim como a sociedade cheia de preconceitos em relação a sua condição de mulato o era, da mesma forma que a família dele também era deformada. O pai viveu em concubinato com a mãe dele que era escrava e depois a deixou para casar-se com uma mulher da sociedade e tivera com ela três filhos, renegando de certa forma o mulato Antônio Francisco Lisboa. Deformava porque não era belo, a sociedade

também não era, tudo isso deu ao nosso artífice uma inigualável criatividade de tal forma que ele era único.

A memória é algo que queremos levantar neste trabalho. A memória está sempre presente, lembramos de muitas coisas. O que está em nossa memória é a imagem de Aleijadinho como um Quasímodo. Isso ocorreu, porque Brêtas construiu essa imagem. Aleijadinho após ficar doente ficou com o rosto e corpo deformados:

[...] Suas pálpebras inflamaram-se; perdeu quase todos os dentes e sua boca retorceu-se, como acontece frequentemente com os raivosos; queixo e o lábio inferior caíram um pouco e assim o olhar do infeliz adquiriu como que uma impressão sinistra de ferocidade, enchendo de pavor as pessoas que o viam pela primeira vez. Esse olhar e essa boca retorcida deram-lhe um aspecto horrível. (BAZIN, 1971, p. 103 apud BRETAS, 1858, p?)

(MARQUES FILHO, 2010) As primeiras pesquisas sobre as doenças foram feitas 44 anos após a morte de Antônio Francisco Lisboa. Ele recebeu o apelido de Aleijadinho aos 41 e 47 anos e teria vivido 37 anos com essa doença. Para o autor ele não teria perdido as mãos nem os dedos, mas teria ficado aleijado das mãos e dos pés o que dificultava os movimentos de ir e vir e de exercer seu ofício. Ele afirma que para esculpir em pedra sabão é natural amarrar panos nas mãos e isso não era uma evidência de que Aleijadinho não tivesse mais as mãos ou que tivesse perdido os dedos.

Para Fonseca Júnior (1957):

Procuramos chamar a atenção para a origem das deformações que praticou o Aleijadinho, como fruto de seu biótipo, da doença, do meio, da cultura, apesar de que haja quem como Fernando Jorge, negue a influência da doença na sua produção. Diz, ainda, o referido autor, nunca ter ele perdido os dedos da mão, baseado nos autógrafos deixados nos recibos passados nos últimos anos de vida. Deve conferir. Que não os perdera, mas que suas mãos não deveriam ser parecidas com a de uma vênus do Renascimento... E sim com as que reproduzi em seus téticos bonecos, que tanta estranheza causam aos que mesmo de longe os contemplam, dão-nos impressão de tragicidade, mistério e fantasmagoria, horrível melancolia. (FONSECA JÚNIOR, 1957, p. 27)

1.2. O herói mulato: o mito e os vários Aleijadinhos

Uma das características do estilo Romântico brasileiro da primeira geração foi o amor ufanista pela pátria e a idealização de algumas personalidades na tentativa de criação de um herói nacional, nosso quadro da independência é um exemplo de nacionalismo exacerbado. Joaquim da Silva Xavier foi criado à imagem e semelhança de Jesus Cristo. Muitos críticos afirmam que Bretas inventou o mito herói Aleijadinho. Mário de Andrade e um grupo de

estudiosos foram a Ouro Preto e viram que Aleijadinho era um artista que poderia fazer parte do imaginário dos brasileiros e de outras nações como o artista brasileiro. Pela segunda vez, nosso Aleijadinho também poderia constituir a identidade nacional. Tanto Bretas quanto Mário sofreram críticas de vários outros pesquisadores, o que queremos suscitar aqui e trazer para a discussão é o fato de tantos heróis nacionais criados e a maioria não ser retinto. Se Aleijadinho é uma “persona” inventada, qual seria o problema da criação de um “modelo” de identidade nacional retinto?

Guionar Grammont é uma historiadora, filósofa, escritora e professora mineira. Em seu livro, *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e o herói nacional*, analisa várias obras e afirma que há vários Aleijadinhos e apenas um Antônio Francisco Lisboa. Rechaça a hipótese da não existência do artista.

Essa é uma falsa polêmica: o esforço de provar que o Aleijadinho não existiu parece tão amparado na concepção de que existe uma verdade histórica positiva e de que é possível prendê-la quanto o foi a eleição deste personagem com a mais significativa figura das artes brasileiras. (GRAMMONT, 2008, p. 53)

Diferentemente de Bazin, a autora atesta que a interpretação dos documentos é o que transforma o Aleijadinho em os Aleijadinhos, ou seja, o artífice “é uma imagem que foi reinventada para adequar-se aos objetivos políticos de cada época (GRAMMONT, 2008, p. 49).” Ela faz várias críticas, uma delas é direcionada a Mário de Andrade, afirmado que ele, assim como os modernistas, buscara um herói nacional, como fizeram com Tiradentes.

Será esse herói adâmico, capaz de promover o cruzamento entre o Mundo Antigo e o Mundo Novo. Personagem cindido por essas contradições, ainda assim ele será o humilde demiurgo, aquele que à imagem e semelhança de Deus, irá recriar, em arte, um mundo híbrido, formado da mistura dos elementos contraditórios da Europa e das Américas. Ele será o herói civilizador, que terá, como tarefa, o domínio dessa natureza misteriosa e selvagem. (GRAMMONT, 2008, p. 67)

No entanto, essa tentativa de transformação de Aleijadinho em herói nacional não é constatada. A pretensão deste projeto é pesquisar o porquê dessas contradições e dessa falta de visibilidade do autodidata Aleijadinho.

Os autores que investigaram o percurso de Antônio Francisco Lisboa e que dão embasamento teórico para que se analise os discursos que contestam ou afirmam a existência do artífice são Bazin (1971) e Grammont (2008). O primeiro solidifica toda a trajetória do artista através de documentos, contratos firmados e análise das obras. O segundo investiga as

pesquisas feitas por outros estudiosos e afirma que Aleijadinhos foram muitos, um para cada momento da história.

Em nossa pesquisa Aleijadinho será tratado como herói dada a genialidade de um artífice que em tempos tão inóspitos realizou obras magníficas. Mas também abordaremos as idealizações feitas dada a cada época de nosso artífice. O primeiro foi Bretas, nascido em Ouro Preto, queria entrar no IHC, escreveu muito sobre ele através de uma entrevista com Joana, nora de Aleijadinho, no entanto, houve muitos anacronismos em relação a isso. Mário de Andrade, modernista, a busca de uma identidade nacional, fez um resgate de Aleijadinho. O sobrinho de Bretas, que trabalha no IPHAN, também contribuiu para essas idealizações.

Outro dado que deve ser levado em conta para uma interpretação mais exata foi salientado por Silvio Vasconcelos. Na lenda em torno do grande escultor se procurou ampliar o valor das suas obras pelo fato de ser um escultor sem dedos e, mais tarde, sem mãos como consta do retrato oficial, decretado por lei, adotado pelo Museu Mineiro (projeção 2), mas que a meu ver não passa da imagem do Aleijadinho da lenda, dos mitos que procuraram engrandecê-lo pelas mutilações, quando seu valor está muito acima destas deficiências físicas. (GAMA, 1998, p. 2)

Capítulo II: O RACISMO ESTRUTURAL: NOSSO CHÃO

Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras.

bellhooks

Utilizamos a epígrafe acima para iniciar a discussão sobre a herança colonial, nosso chão tem ossos de negros escravizados e indígenas explorados, tem marcas coloniais que permanecem na sociedade. “O problema da colonização comporta não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (FANON, 2008, p. 84). Além disso, foram mais de trezentos anos de escravidão e o Brasil tem a triste marca histórica de ter sido o último país ocidental a se livrar do regime escravocrata.

Neste capítulo iremos abordar as formas de violência sofridas, principalmente, por nossos jovens e crianças negros. Faremos uma reflexão sobre o uso da força brutal que ocorre diariamente nos morros, nas favelas e na periferia metropolitana, mais conhecida como Baixada Fluminense. Vamos também relembrar alguns fatos e acontecimentos do passado escravista brasileiro e como a violência contemporânea impacta nossas vidas.

Considerando os ressignificados que os africanos e os seus descendentes realizaram com as diversas expressões culturais que foram transportadas junto com os milhões de sobreviventes submetidos ao destrero através do tráfico atlântico, é possível problematizar sobre o passado colonial do Brasil com o objetivo de construir hipóteses explicativas para as contradições sociais que caracterizam o presente. (BEZERRA, 2010, p. 16)

A cada ano os atlas de violência registram índices altos quando se trata de morte violenta do negro. A isso podemos notar uma série de fatores, o legado da escravidão como já citado acima, a ausência de políticas públicas que atuem com eficácia no combate à violência sofrida por eles. O Atlas da violência obtido em 2023 pelo IPearregistrou que o homicídio de negros foi de 77% de 2019 a 2021 e que o risco de um negro morrer assassinado é de 2,9 vezes maior que o não negro. As mulheres negras também fazem parte do índice, ocupando o lugar de maior vulnerabilidade em relação ao feminicídio e de salários baixos em relação não só aos homens negros e brancos, mas também às mulheres brancas.

Essas marcas estão presentes nas relações sociais, na desvalorização das vidas de crianças e jovens, principalmente negras e na desigualdade social que se desenvolveu ao longo da história brasileira. A colonialidade permanece em nossa psique, permanece nas relações

humanas, nas relações entre as sociedades. A partir das hierarquias sociais, das relações e da exploração econômica em que a América Latina esteve envolvida desde o seu surgimento. Aníbal Quijano (2005) reflete sobre as questões coloniais que foram criadas a partir do capitalismo e da globalização. Neste sentido, ainda estamos lutando para desatar as correntes coloniais do preconceito e discriminação.

De acordo com Lélia Gonzalez (1985) não conseguimos só falar de flores se o assunto for o preconceito, dominação e exploração, então vamos aos nossos espinhos.

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

A normalização do racismo também deve ser combatida, e isso vem acontecendo a cada denúncia feita por quem a sofre, ou por quem as presencia. As redes sociais, assim como os vídeos feitos com os celulares têm ajudado a flagrar e a denunciar essas agressões. Antes, os atos eram normalizados, talvez pela falta de leis que as combatessem, ou até mesmo pelas pessoas que achavam que era algo “normal”.

Hoje percebemos que as chibatas e o tronco foram ressignificados em marginalização dos retintos. A imagem do negro é personificada como malandro, pivete, moleque, bandido. Essa prática também é normalizada, pois faz parte do racismo institucional. O local do negro no imaginário social é a margem da sociedade, isso contribui para a construção da negrofobia. Isso faz parte da herança colonial.

Na passagem do totalitarismo despótico do senhor de escravos às formas “calmas” ou perversas de hierarquização racial, a forma de vida afro passa por maiores foros de ameaça e, portanto, de rejeição. Desde o começo, tudo o que culturalmente se relacionasse ao negro, ainda que de modo indireto, era socialmente estigmatizado. A rejeição ia desde a linguagem até as crenças e a música. Vejamos o verbo “vadiar”. Em português vernacular, sempre significou “não ter ralé para o trabalho”, ou seja, ironicamente, “trabalhar como mouro, mas no serviço de Deus”, senão simplesmente “distrair-se”. Na boca do povo, um verso de canção como “eu vim aqui foi para vadiar” queria dizer exatamente isso, desfrutar musicalmente do mundo. Entende-se assim como a “vadiagem” negra foi criminalizada pelo código penal (Lei da

Vadiagem, existente desde 1890, mas regularizada em 1942). A música negra era vadiação, algo a ser eugenicamente reprimido. (SODRÉ, 2023, p. 46)

Da mesma forma que evidenciamos o uso da força da lei contra os negros em um certo período da história brasileira, observamos que há uma negação do preconceito racial no Brasil, lutamos também para apontar o quanto essa situação dificulta a existência de leis que coibam esse tipo de violência.

Sodré (2023) argumenta:

Nega-se, consequentemente, o racismo como se fosse coisa trazida de fora por intelectuais ou pelas próprias vítimas, influenciadas por realidades externas. De fato, nega-se o fenômeno, mas ao mesmo tempo se exclui, por meio de ações, a diferença de cor e de costume. O racismo de dominação, que assegurava a segregação do negro no regime escravista, transfigura-se em racismo de exclusão, destinado a garantir com outra aparência tanto a irrelevância do negro como a senhorialidade escravista. (SODRÉ, 2023, p. 115)

Guimarães (2007) traz um outro contraponto:

O racismo duro da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, entrincheirado nos estudos de medicina legal, da criminalidade e das deficiências físicas e mentais, evoluiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em direção a doutrinas menos pessimistas que desaguardaram em diferentes versões do “embranquecimento”. Tais doutrinas subsidiaram desde as políticas de imigração, que pretendiam a substituição pura e simples da mão-de-obra negra por imigrantes europeus, até as teorias de miscigenação, que pregavam a lenta e contínua fixação pela população brasileira de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca, tais como podem ser encontrados em escritos de Batista Lacerda (1911) e Roquette Pinto (1933). Ademais, foi no Sul, centro da vida econômica e política, que as campanhas de sanitização e higienização públicas ganharam vigência, forçando a transmutação das teorias eugenistas em versões que privilegiavam as ações de saúde pública e de educação, em detrimento de políticas médicas de controle da reprodução humana e dos casamentos. (GUIMARÃES, 2007, p. 47)

Nosso chão é marcado pela violência aos corpos negros. “Toda convivência humana, em qualquer tipo de sociabilidade, se ampara na copresença do ‘outro’. Na sociedade escravista, o outro podia ser o escravo, mas era necessariamente reconhecido como tal pelo senhor” (GUIMARÃES, 2007, p. 49). Esse outro era subjugado, rebaixado e categorizado como ser irracional.

[...] sofrer todo o dia o castigo das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no

pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinqüenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso. (RIBEIRO, 1995, p. 129-120)

Propositalmente, eram separados de seu grupo familiar ou cultural para facilitar a dominação. Estavam longe de seus familiares, em uma terra desconhecida, sem poder se comunicar em seu idioma. Só havia duas formas de escapar dessa violência, o suicídio ou a fuga para os quilombos. Desta forma, conseguiam se livrar daquele martírio de exploração, violência, castigos e fome. No entanto, nem todos conseguiram fugir para os quilombos.

Enquanto existiu escravidão no Brasil, os negros se revoltaram e marcaram a sua revolta em protestos cuja interação não encontra paralelo em nenhum outro país do Novo Mundo. Estas revoltas merecem ser qualificadas como insurreições, não apenas segundo o conceito legal das Ordenações Filipinas ou do Código Criminal do Império, como também e sobretudo, no sentido sociológico da palavra, já que se tratava de uma luta em que se questionava e se tentava destruir um sistema de dominação como aquele a que estavam submetidos os negros. (Lélia González, 2017, p. 62)

Saímos da condição de escravizados, mas toda civilização que passou por isso, não saiu ilesa. Todas ficaram marcadas. Todos nós somos filhos dos negros e indígenas explorados. “Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou (RIBEIRO, 1995, p. 120)”. Somos herdeiros de escravos, indígenas e senhores de escravos. A dor nos persegue desde aqueles tempos, e nos ata ainda no século XXI as correntes de dor, e hoje restam a marginalização, a discriminação e o preconceito, que se esconde nos pequenos detalhes, mas se revela quando a dor atinge uma família que teve um jovem perseguido ou teve um de seus membros familiares ceifados.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 120)

Essa herança colonial provoca atualmente um olhar negativo, um olhar preconcebido e preconceituoso, que remete tudo o que é ruim ao negro. O racismo estrutural vai muito além da questão do tom da pele. Ele, na verdade, é cultural, classicista, religioso. Um exemplo é que o estado brasileiro é laico, entretanto, os umbandistas, candomblecistas e todos aqueles que

praticam a religião espírita sofrem preconceito e violência. Terreiros são invadidos e depredados, imagens são quebradas e deixadas ao chão.

É no final do século XIX que passa a existir a afirmação de que o Brasil é constituído de três raças, branco, índio e negro. Isto corresponde ao momento em que a transformação econômica do país exige o fim do regime escravista. A fábula das três raças é montada no momento em que se vai fabricar um cidadão brasileiro. Antes da república, os românticos tomaram o índio, todos sabem, não o índio real, o índio mitificado, mas não deixava de ser o índio. O negro era como se fosse o não-ser. Não existia e não iríamos chamá-lo para constituir uma identidade, um Estado. Ele pertencia ao reino da animalidade. (Afro-brasileiro, 2017, p. 162)

Para Guimarães (2007), o conceito de separação por “raça”²¹ foi dado nos séculos XVIII e XIX com o advento da ciência moderna, através desse conceito pretendia-se justificar a existência de cor de pele diferente pelo sentido biológico. O aspecto físico era levado em conta. Já no século XIX, as teorias raciais tentaram mudar as nomenclaturas, mas não surtiu o efeito desejado. Já Quijano (2005), considera que a designação de raça surgiu com a criação da América e que os primeiros a serem classificados desta forma foram os indígenas, não foram os negros. “Deste modo, raça apareceu muito antes que cor na história da classificação social da população mundial” (Quijano, 2005, p. 26).

Quijano (2005) observa:

A invenção da categoria de cor –primeiro como a mais visível indicação de raça, mais tarde simplesmente como o equivalente dela–, tanto como a invenção da particular categoria de branco, exigem ainda uma pesquisa histórica mais exaustiva. Em todo caso, muito provavelmente foram invenções britânico-americanas, já que não há rastros dessas categorias nas crônicas e em outros documentos dos primeiros cem anos de colonialismo ibérico na América. Para o caso britânico-americano existe uma extensa bibliografia. O problema é que esta ignora o sucedido na América Ibérica. Devido a isso, para esta região ainda carecemos de informação suficiente sobre este aspecto específico. Por isso esta segue sendo uma questão aberta. É muito interessante que apesar de que os que haveriam de ser europeus no futuro, conheciam os futuros africanos desde a época do império romano, inclusive os ibéricos, que eram mais ou menos familiares com eles muito antes da Conquista, nunca se pensou neles em termos raciais antes da aparição da América. (QUIJANO, 2005, p. 140-141)

A partir da ideia de raça na América surgiu também as identidades sociais que marcam as diferentes relações sociais e novas classificações de forma hierárquica e de lugar social, índio, negro, branco. Desta forma, outras nomeações também foram cunhadas português,

²¹O primeiro registro conhecido da palavra “raça” para designar a divisão dos seres humanos em espécies foi feita por François Bernier num artigo publicado em Paris, no *Journal des Savants*, em 24 de abril 1684 (GUIMARÃES, p. 9, 2007).

espanhol e europeu, “que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial” (QUIJANO, 2005, p. 117).

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho.

[...]

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)– foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Consequentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p. 117-118)

Os portugueses, assim como os outros europeus que participaram da colonização do continente americano designavam negro a todos que eram escravizados por eles, como por exemplo o “negro da terra” era o indígena e os negros escravizados vindos da África.

No século XIX na Bahia surgem as nomenclaturas negro e pardo, que significam a diferença do tom da pele, o crioulo que é o nascido no Brasil. Na metade do século XIX, no mesmo local, também surge a diferenciação entre os termos preto para designar os africanos e crioulo os nascidos no Brasil. E depois o termo negro passa a ser usado de forma pejorativa e preconceituosa ficando o preto para nomear os africanos e seus descendentes.

Ainda no século XIX as nomenclaturas raça e classe são usadas para designar os aspectos biológico e social respectivamente (GUIMARÃES, 2007).

Ainda nesse mesmo período surgem as nomenclaturas “raça negra”, “alma negra” e “cultura negra” utilizadas pelos próprios pretos de forma a reivindicar seu lugar na sociedade e de empoderamento social. A nomenclatura “raça” e seu conceito biológico foram substituída por cultura.

O termo mulato²²

²²Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-de-mato, feitor, e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o

No Brasil, o mulato tem um lugar preciso dentro do sistema. No caso masculino, existe a possibilidade de classificá-lo como o malandro, como o artista da lábia, da malícia e da insinuação. No caso feminino, essa imagem positiva é muito mais patente. A mulata foi e é glorificada por todos nós sem exceção, como na música e na mitologia popular do Brasil, como a mulher irresistível. Entre nós existe a obsessão da relação, que é sempre vista positivamente. “A mulata tira o sossego da gente”, “a mulata é a tal”, dizem as músicas populares. O caso do mulato, enquanto ser relacional, é parecido com o do médium espírita e com o do despachante, essa figura típica da sociedade brasileira, que nos relaciona com as leis e com as coisas desagradáveis que o Estado nos obriga a realizar. (Afro-brasileiro, 2017, p. 156)

O mulato seria um ser intermediário, está no entrelugar. O mulato seria o pardo utilizado atualmente. No entanto, assim como ocorre o questionamento do termo pardo, o mulato também é classificado como negro.

Na sociedade, o preto é visto como bandido, se há um suspeito de cometer algum delito, o revistado é o preto. Crianças e jovens que moram nas periferias ou nas baixadas têm uma arma apontada em sua direção, ou são revistados sem entender o que está acontecendo, porque ainda é criança, ainda é jovem e são inocentes. Ainda não sabem que vivemos o racismo institucional, mesmo sua mãe, seu pai, seus responsáveis obrigando-os a sair com a carteira de identidade. A preocupação dos pais é constante sem saber se seu filho vai voltar para casa, porque pode ser confundido com uma marginal ou pode ser apontado como um por uma vítima. O estigma “é o rapaz de camisa do flamengo”, se for negro, ele será o suspeito no meio de dez rapazes com a mesma camisa. Ou caso seja acusado pode ir preso, neste caso a família é quem irá tentar provar a inocência, investigando o caso. Há muitos casos em que os pais, ou familiares investigam e procuram evidências para provar a inocência de seu filho.

A violência é banalizada da mesma forma que a frase “bandido bom é bandido morto” é utilizada para justificar a chacina da Candelária, do Jacarezinho, de Belford Roxo, de Nova Iguaçu. Desta forma, o sangue vai jorrando e vai sendo justificado inclusive por quem a sofre, pois o que nos ensinam e nos querem enfiar pela goela é essa frase. É afirmação de que se deve subir a favela para eliminar todos os bandidos e nesse caminho João, Ágata e muitos outros vão

primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.

Porém, a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte ética destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca. (ABDIAS DO NASCIMENTO, 69)

ficando apenas na memória de seus familiares e amigos. Aparecendo na TV quando se completa um ano, dois anos e mais de sua morte.

[...] a violência é uma mescla de organização política, construção econômica e prática cultural que não admite nenhuma oposição, tornando qualquer voz dissonante uma verdadeira inimiga. É a mediadora nas redes ilegais cotidianas de múltiplas escalas e está presente tanto nos crimes prosaicos que afligem o cidadão comum como nos grandes esquemas de contravenção, que envolvem as estruturas oficiais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A violência tem face, documentação civil e registro de pessoa jurídica, não importando se a vestimenta envolve o uso de máscaras, capuzes, toucas, fardas, ternos ou roupas de grife. A violência está presente nas nefastas e constantes imagens de corpos destroçados compartilhadas de forma veloz nas redes sociais como entretenimento, mas também no próprio julgamento subsequentemente realizado pelos justiceiros de plataformas de mensagens instantâneas, que justificam, com argumentos diversos e nauseantes, a bestialidade de tais atos. (OLIVEIRA, 2021, p. 1)

Precisamos trazer a discussão sobre o topo onde mais ocorre o homicídio e a violência sofrida pelos pretos. As favelas, comunidades, periferias e a Baixada Fluminense são marcadas pelo sangue das crianças e jovens de periferia alvejados por arma de fogo porque suspeitaram deles, porque acredita-se que na periferia, comunidades ou nas baixadas nossos jovens retintos são marginais ou futuros marginais. Nestes locais a impunidade opera de forma indiscriminada. Há pouca ou nenhuma investigação sobre os casos.

A falta de empatia, comoção nacional, a morosidade nas investigações e a pouca atenção dada nas mídias são perceptíveis quando um crime ou violência é cometida ao corpo negro, mesmo quando são crianças ou adolescentes. Como forma de marcar a memória dessas crianças e de justificar a relevância do atual trabalho abordaremos aqui seus nomes e o que aconteceu com algumas dessas crianças. A intenção é ressaltar a importância dessas crianças, é mostrar que somos sensíveis a tudo o que aconteceu com elas.

Os meninos de Belford Roxo são Alexandre da Silva (10 anos), Lucas Matheus da Silva (8 anos) e Fernando Henrique Ribeiro Soares (11 anos) desapareceram e o caso demorou a ser investigado, por conta da falta de investigação, empatia e comoção social resolvemos evidenciar seus nomes neste trabalho, é uma forma de insurreição ao que aconteceu com eles, é uma forma de mostrar que suas vidas importam, assim como a de suas famílias. A menina Ágata recebeu um tiro e morreu na favela do Rio de Janeiro, ela estava junto da mãe em um transporte alternativo, o tiro partiu de um revólver de um policial. As meninas Emilly de 4 anos e Rebecca de 7 morreram enquanto estavam brincando na porta de casa, nesse fato o que ficou marcado além dessa violência foi a crítica feita aos responsáveis por terem deixado duas crianças

brincando na porta de suas casas sozinhas. “Elas estavam sendo crianças, uma de 4 e outra de 7 que estavam sendo crianças. Qual criança nunca brincou na porta de casa, sob supervisão da avó e da bisavó? Foi o minuto que a avó entrou dentro de casa e aconteceu isso, disse Ana Lúcia, prima das meninas (G1, 2020)”. Onde brincam as crianças da periferia, favela e das comunidades? Nas ruas, não há o que se discutir, as ruas são os espaços das peladas de futebol, do pique pega, das brincadeiras com ou sem o celular.

O jovem Dyogo Costa Xavier de Brito (16 anos) que estava com a chuteira nas mãos enquanto saia de sua casa para treinar futebol recebeu um tiro nas costas. Na época, a ordem do governador do estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel foi de que os policiais atirassem em quem estivesse portando uma arma de fogo. A pergunta que aqui se faz é: Chuteira é arma de fogo?

A irmã de Dyogo de apenas 7 anos fez a seguinte oração emocionante no velório do irmão:

Deus, que cada pessoa que esteja aqui sempre viva vem, que não perca ninguém assim desse jeito. Sempre quando alguém estiver assim bem triste, pega as mãozinhas e leva ao coração dele. Deus, abençoe quem está aqui e que todos sejam do bem e não sejam do mal, para que não façam coisas erradas (Metrópolis, 2019).

Em cinco dias no governo Witzel seis jovens foram assassinados por causa da política de segurança que ele implantou na gestão dele. A justificativa sempre é que estão combatendo o tráfico, mas o que vemos é um abate de nossos jovens. Percebemos a falta de empatia da sociedade, todos as crianças e jovens são negros retintos. É notório que a cor da pele assim como o lugar onde moram são determinantes para marginalizar uma criança ou um jovem da periferia, favela ou comunidade. A violência impacta nossas vidas através do medo. Mães negras não deixam seus filhos saírem de casa sem o documento de identidade por medo de serem abordados pela polícia.

Hoje ainda jovens, crianças e adultos não se reconhecem como negro. Diariamente escutamos a frase “eu não sou negro”, “meu cabelo é liso”, “professora, eu sou negro?”

As pessoas quando se sentem negras não querem ser tratadas como tais. Não podemos culpá-las, não podemos responsabilizar os negros por quererem fugir de sua origem racial. A gente deve procurar compreender a relação entre oprimido e opressor na sociedade e ver como o opressor faz com que o oprimido de desfigure, se descaracterize, se envergonhe de ser aquilo que é. Eu comproendo a crítica que muitas pessoas fazem aos negros, que não querem se reconhecer como negros, não querem procurar pessoas da mesma

raça, negros que querem brancos, mulheres negras que querem homens brancos, homens negros que querem mulheres brancas. Críticas feitas sem que se busque compreender como isto se processou, quais as razões psicológicas, etnológicas, sociológicas e políticas que fazem com que as pessoas neguem aquilo que são. A gente sabe que na relação entre opressor e oprimido ninguém pode ser eternamente oprimido, ninguém pode sempre fugir daquilo que é. Mais cedo ou mais tarde as pessoas têm de entrar em contacto com aquilo que elas são, têm de cair em si, buscar o tempo perdido, reconstituir a identidade, romper a irrealidade, buscar o espaço que sempre lhe coube e isso da forma mais exagerada possível. (Afro-brasileiro, 2017, p. 107, 108)

A dualidade negro/branco está empreguinaada no pensamento e na linguagem do dia a dia. “Clarear as ideias”, “esclarecer”, “amanhã é dia de branco”, “cabelo ruim X cabelo bom” “denegrir”, “escurecer”, “lista negra”, “mercado negro”, “cor do pecado”; “não use preto no reveillon” essas são algumas das expressões que fazem parte da linguagem do dia a dia dos brasileiros. O escuro representando o negativo e as impurezas e o claro o positivo as virtudes. Desta forma, essas oposições vão contribuindo para o preconceito e a discriminação social que si dá de forma cultural, política e histórica, e continuam a ser disseminadas. As imagens pejorativas do preto permanecem as mesmas. (GUIMARÃES, 2007)

Essa “herança” foi herdada dos gregos e do cristianismo. A nomenclatura branca foi cunhada pelos mouros a partir das relações sociais que se deram na época das grandes navegações dos séculos XV e XVI. No entanto, para os mouros isso é feito de forma a localizar as pessoas no espaço geográfico, já para os próprios europeus permanece a repulsa e tudo o que significa de ruim aos povos de “cor”.

Para o cristianismo a cor escura significava a “maldição de Cã”. Cã era filho de Noé e havia zombado do próprio pai ao vê-lo nu e embriagado, nesse momento, Noé amaldiçoou o próprio filho dizendo-lhe que seus filhos seriam escravos de seus próprios descendentes. Nesse momento além de explicar a servidão o cristianismo também começa a hierarquizar as pessoas através da cor. A cor do pecado seria então a cor negra.

O racismo também acontece através das tentativas de embranquecimento de personalidades importantes. Isso aconteceu com o Antônio Francisco Lisboa no filme *Cristo de Lama 1966 - Filme sobre Aleijadinho*. Aconteceu também com os escritores/as Machado de Assis, Mário de Andrade, Maria Firmina dos Reis com outras personalidades brasileiras como os irmãos Rebouças. Essas tentativas também se propagam a partir dos termos pardo e moreno.

O padrão de beleza mesmo no Brasil, que é um país conhecido por ser miscigenado, é branco, loiro de olhos azuis. Um negro que utilize reflexo é visto com outros olhos, esse tipo de tingimento de cabelo sofreu até uma semantização dada a complexidade de utilizá-lo, atualmente é conhecido como negro pivete.

Hierarquia das cores é um exemplo de superioridade racial em que em uma pirâmide o homem branco ocupa o topo, a mulher branca ocupa o segundo estágio, o homem negro o terceiro e a mulher negra o último.

O ambiente escolar há muito tempo vem sendo impregnado de imagens que não favorecem os retintos. Basta ver uma propaganda em folhetos escolares ou em outdoors, ou até mesmo propagandas de cursos e de escolas na televisão ou nas imagens e nos autores de textos presentes nos livros didáticos. Nos últimos anos isso vem mudando com a reivindicação de pessoas que percebem essa falta, além da percepção dos produtores de marketing observarem que há um crescimento paulatino de pretos que adquirem uma marca ou produto por conta do uso de imagens de retintos.

Ao perguntar a cor da pele de nosso alunado, a maioria responde que é pardo ou moreno. Dificilmente responderá que é preto/negro. Percebemos que isso se faz por causa do contexto sócio-histórico de discriminação aos negros.

Enquanto as pessoas negras forem ensinadas a rejeitar nossa negritude, nossa história e nossa cultura como única maneira de alcançar qualquer grau de autossuficiência econômica, ou ser privilegiado materialmente, então sempre haverá uma crise na identidade negra. O racismo internalizado continuará a erodir a luta coletiva por autodefinição. Massas de crianças negras vão continuar a sofrer de baixa autoestima. E, ainda que sejam motivados a se empenhar ainda mais para alcançar o sucesso, porque desejam superar os sentimentos de inadequação e falta, esses sucessos serão minados pela persistência da baixa autoestima. (bellhooks, 2019, p. 47- 48)

Com as transformações trazidas pela globalização houve um processo para marcar a inferioridade do negro fez com que surgisse a distinção do ser humano por raça, dessa forma, buscava-se evidenciar a diferença entre o negro e o branco. Era uma busca de pontuar o local de pertença.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. No texto abaixo, o propósito principal é o de colocar algumas das questões teoricamente necessárias sobre as implicações dessa colonialidade do poder com relação à história da América Latina. (QUIJANO, 2005, p. 117)

De acordo com Quijano (2005), a criação da classificação das pessoas por raça/cor exerce uma relação de dominação e isso se faz presente nas marcas territoriais existentes na sociedade, que se subdivide em classe, cor, centro e periferias. As marcas depreciativas tentam apagar as qualidades até mesmo de grandes artistas como Antônio Francisco Lisboa.

Houve a tentativa de distinção por raça. Essa tentativa tentava comprovar a diferença biológica existente entre negros e não negros, no entanto, essa tentativa foi interrompida por vários estudiosos que comprovaram que não há distinção na raça humana. O que há é a diferença cultural, de identidade, no entanto, o que essa temática originou foi a ressemantização da palavra raça, em que o negro passou a utilizar juntamente com outra palavra ressemantizada com o cunho de dar empoderamento ao preto que é raça negra, outros termos que também são utilizados é luta antirracista.

Por isso a representativa é importante, porque a identidade é marcada pelo referencial, pela memória, pela representatividade. No próximo subcapítulo abordaremos sobre a relevância das questões identitárias e as variadas formas de resistência.

2.1 O preto vencendo as demandas - a escola como espaço de aquilombamentos pedagógicos

Para começar o diálogo neste subcapítulo utilizamos o título acima porque entendemos que a educação antirracista proporciona espaços de aquilombamentos. Para isso utilizamos o conceito de aquilombamento trazido por Abdias do Nascimento e do Negro Bispo, porque aquilombar-se é unir-se contra todo e qualquer poder de imposição para o qual querem que o negro permaneça. Aquilombar-se é subverter a ordem, é refugiar-se e neste atual trabalho tem como principal foco reunir-se, ajuntar-se para quebrar as correntes que ainda nos ata ao Brasil colonial, e quebrar a corrente colonial que coloniza o pensamento, as ideias e as imagens do negro estereotipadas.

A educação antirracista nos mostra que devemos nos aquilombar no dia a dia, em cada atividade pedagógica, seja na escolha dos alunos que fazem parte dos outdoors dos colégios como propaganda das escolas, seja nos vídeos elaborados para falar de uma data comemorativa em que se utiliza apenas pessoas brancas, seja nas imagens para ser coladas nos murais da escola, principalmente nos livros didáticos e nas atividades do dia a dia. Aquilombar-se para ver que é preciso mesclar as características físicas utilizadas no material didático e compreender

que isso faz toda a diferença, são nos pequenos detalhes que vamos nos aquilombando todos os dias, repito: nos pequenos detalhes.

O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heróica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. Circunstância que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas. Porém no essencial se igualavam. (NASCIMENTO, 2002, p. 136)

O currículo ainda não se adequou à lei 10.639/2003²³ e 11.645/2008²⁴, percebemos isso nos materiais utilizados nas escolas. Precisamos ressaltar que a educação antirracista/decolonial tem a necessidade de ser feita no dia a dia. Fazer a revolução discutida por Paulo Freire. Na sala de aula, a educação antirracista precisa estar presente nos textos literários, nas imagens reproduzidas, nos discursos entre outros meios. Os professores precisam estar engajados nessa luta.

Segundo Rufino (2021):

[...] a descolonização não é meramente um conceito, mas uma prática que integra a emergência pela cura e pela liberdade, que batalha pela dignidade do existir, com todas as linguagens possíveis. (RUFINO, 2019, p. 48)

Como foi citado nas considerações iniciais, no trabalho de conclusão de curso cujo tema foi o Afrofuturismo²⁵, percebemos a necessidade de levar para sala de aula temas de empoderamento negro. Durante o trabalho, desenvolvemos a temática utilizando o filme “Pantera Negra” e vários artistas que utilizam o Afrofuturismo. No atual trabalho, cujo tema é

²³A Lei nº 10.639/2003 acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. (Portal. mec.com.br)

²⁴Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (Lei 11.645/2008)

²⁵pode-se compreender o Afrofuturismo como um movimento estético, social e cultural que mistura tecnologia, ficção científica, fantasia, robótica, cibernetica, temas não eurocêntricos, mitologia e cosmologias africanas que vêm para desconstruir todo o estereótipo negativo em relação ao negro.

Uma das definições a respeito desse movimento estético é a metáfora existente entre a diáspora africana e a abdução de alienígenas: Os negros africanos foram retirados de sua terra e levados a outra sem saber a língua dessa terra, longe de sua família e de sua cultura. O mesmo ocorre com a abdução de um alienígena para o planeta Terra, porque ele não pertence a esse planeta, nem muito menos sabe os costumes e a língua desse lugar. (COUTINHO, Elisa Maria Silva. **Vozes da diáspora africana**: o afrofuturismo em uma proposta didática para aulas de espanhol. 2018. 77 f. Monografia (Especialização em Educação Linguística e Práticas Docentes em Espanhol) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. 2018.

Aleijadinho, pretendemos desenvolver uma exposição com imagens de obras reproduzidas pelo escultor e uma peça teatral para além de fazer com que os alunos conheçam o “artista”, possamos também fazer debates sobre as representações do negro na sociedade.

A escola deve ser habitada pelo conflito produtor de invenção, ser o lugar de questionamentos, responsável com o diálogo e favorável ao reconhecimento do nosso caráter inconcluso e, por isso, emergir como um terreno propício para tramar esperanças. (RUFINO, 2019, p. 57)

Desta forma, percebemos que o papel do professor é o de levantar debates fazendo dessa forma sua luta, suas revoluções. Acreditamos que essas lutas, essas revoluções que são necessárias e pedidas por Paulo Freire, bellhooks e Luiz Rufino educam o olhar e podem domesticar nosso olhar de forma positiva em relação ao negro.

Observamos ao longo de nossas discussões que as revoluções e as lutas que são discutidas por Paulo Freire, bellhooks e Rufino são feitas pelos professores que têm o compromisso de levantar debates e levar temas que geram o conhecimento crítico aos alunos. Percebemos que é necessário também o engajamento de quem produz os livros didáticos, pois houve pouca mudança após as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

A educação antirracista é um ato de resistência. Quais são as chibatas existentes no século XXI? Onde querem que o negro retinto permaneça? Resistimos sempre, resistimos através da educação. Percebemos que atualmente esse tipo de educação está em discussão e se faz necessária, haja vista o número de violência cometida as crianças e jovens retintos no Brasil, principalmente em periferias e favelas.

O Artigo 5º da Constituição Federal afirma “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Constituição de 1988). Diferente do que é afirmado na Carta, e como já afirmado no subcapítulo acima, nem todos têm seus direitos de ir e vir assegurados, principalmente pessoas residentes em favelas e periferias.

O Dia da Consciência Negra²⁶ no Brasil é um marco que evidencia a relevância da cultura afro-diaspórica. Outras datas importantes que marcam a história de luta do Movimento

²⁶O Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial assim registra seu conceito quilombola ao definir o “Dia da Consciência Negra”:

Negro também vêm sido reivindicadas e comemoramos cada uma delas, pois mostra que o povo preto sempre resistiu.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira (21), o Projeto de Lei nº 3268/2021, que declara o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra feriado em todo o país. O texto foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira (22). Celebrada em 20 de novembro, a efeméride remete ao marco da morte do líder do Quilombo dos Palmares, um dos maiores do período Brasil Colônia. A data já era considerada feriado em seis estados brasileiros e cerca de 1,2 mil cidades. Com a sanção presidencial, esse marco passa a integrar o calendário nacional, consolidando mais um importante aceno público em prol da valorização da história e das raízes culturais da população brasileira. (Lei nº 3268/2021)

A Lei 7716/1989 “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.” Essa lei não garantia que pessoas que cometiam certos crimes racistas fossem punidas porque eram incluídas nos crimes de Injúria Racial o que até 2022 era afiançável e prescritível. Com a lei 14.532/2023 a injúria racial passou a ser também inafiançável, imprescritível e punida com reclusão.

Hoje, observamos uma valorização do cabelo preto, do rosto, da pele, das roupas, e isso ocorre devido às lutas antirracistas. Reivindicamos nosso lugar na sociedade, nossa voz, nossos artistas, escritores e resistimos inclusive às tentativas de embranquecimento de nossos artistas.

A questão da identidade, quando o Brasil se urbaniza e industrializa mais rapidamente, é resolvida através de uma inversão de valores. Na medida em que o negro passa a ser um dos componentes da identidade nacional, ele deixa de ser negro. Os valores negros são apropriados por alguma coisa que os transcende. A positividade atribuída ao que era negativo vai lhes roubar a possibilidade de aparecer enquanto negatividade. O samba é uma dança, uma música de origem negra, mas já não é mais, no Brasil, uma música denegros. E por uma razão muito simples: hoje Chico Buarque faz tão bem o samba como o Cartola. Os valores negros foram expropriados e até erigidos em identidade nacional, pronta para exportação turística. Por que os negros foram buscar uma música americana, o “sound”, para exprimir sua negritude? O samba se tornou ambíguo para os negros, porque hoje exprime uma identidade nacional. Um símbolo americano, reelaborado em trono de uma vivência

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra dos Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra! Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios e brancos – realizaram um grande avanço político, econômico e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos (1978) (NASCIMENTO, 2002, p. 135)

negra no Brasil, pode, num determinado momento, se transformar em elemento de combate ao racismo. (Afro-brasileiro, 2017, p. 164)

Para vencer as demandas enfrentadas diariamente pelo racismo estrutural é necessário lutar. De acordo com Antônio Bispo (2015) o presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro.

O negro sempre esteve mobilizado, desde que pisou o território brasileiro, não só em seu inconformismo quanto ao regime escravista, mas também em sua participação, com outros segmentos, nas manifestações populares contra a opressão econômica e a discriminação social. Cumpre salientar sua vocação associativa, que ganhou peso político ao longo do tempo. O negro se manteve organizado no passado mais remoto, através dos grupos, nas plantações, até chegar aos quilombos. Depois, através de irmandades e confrarias religiosas. Mais perto de nós, em associações de caráter recreativo e cultural. Na escravidão, levado pelo senhor ou por iniciativa própria, sua participação foi sempre notável. Assim foi na Revolta dos Alfaiates e em outras insurreições baianas. Assim foi nos movimentos de 1817, 1821, 1822 e 1824 em Pernambuco (esta terra de tantas tradições libertárias). assim também foi em outras terras, o Maranhão, o Pará, o Rio Grande do Sul, no meu Sergipe. Tinha o comportamento do negro sentido que transcendia a sua situação, pois se ligava à reação geral de outras camadas e classes da sociedade, diante da opressão na Colônia e no Império.(Afro-brasileiro, 2017, p. 104)

A pergunta que pode ser originada é que tipo de África ou africanidade esse jovem foi exposto? Que tipo de afro-brasileiro esse jovem foi apresentado para que não se identifique e tenha repulsa? Não sou negro, não sou preto, sou moreno, sou marrom, sou pardo, sou cor de jambo, não sou preto.

[...] uma tarefa fundamental dos pensadores negros críticos tem sido a luta para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e nos inventarmos de modos que sejam libertadores. Sem isso, como poderemos desafiar e convidar os aliados não negros e os amigos a ousar olhar para nós de jeitos diferentes, a ousar quebrar sua perspectiva colonizadora? (BELL HOOKS, 2019, p. 29)

É mais evidente que o campo da representação permanece um lugar de luta quando examinamos criticamente as representações contemporâneas da negritude e das pessoas negras. (BELL HOOKS, 2019, p. 30)

Em suma, mostrar aos alunos fatos acontecimentos que orgulham o preto, isso é formador de identidades. O cabelo, a cor, as formas físicas e os aspectos e tamanhos da boca do nariz são evidenciados de forma ridicularizada. Muitos jovens sofrem com isso e se negam a admitir que são pretos. Já outros, que foram expostas as qualidades dos pretos se identificam até mesmo com os africanos.

Capítulo III - ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA NA ESCOLA: ANÁLISE DOS DADOS

O projeto educativo teve início com a elaboração de um quiz para saber se os alunos sabiam quem era Aleijadinho e conheciam algumas de suas obras. Utilizamos recursos visuais, como slides e vídeos. Realizamos um trabalho manual para que os alunos pudessem produzir algumas igrejas em papelão, tendo como referência as obras de autoria do referido artista. Desenvolvemos uma exposição com os trabalhos dos alunos e algumas imagens do artista na expectativa de difundir a vida e a obra de Antônio Francisco Lisboa.

Os dados foram coletados nos meses de abril e maio de 2023 em dois colégios da rede privada de ensino, no oitavo e nono ano do ensino fundamental e primeiro, segundo e terceiro ano no ensino médio. Os colégios onde ocorreram a pesquisa foram Liceu Santa Mônica (LISAM), Centro Educacional Telles de Medeiros (CETEM) e Instituto Menino Jesus (IMJ).

Apesar de a pesquisa ter sido desenvolvida em três colégios e em, apenas, nessas turmas citadas. O projeto foi desenvolvido no colégio LISAM para as turmas do 6º ao 9º do ensino fundamental durante as aulas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola, porque são matérias lecionadas pela autora do presente trabalho.

Gostaríamos de ressaltar também que o projeto não pode ser desenvolvido em outras escolas, pois não tivemos tempo hábil e a temática precisava também fazer parte do conteúdo programático.

Como já exposto em outro capítulo, atividades que envolvem questões de gênero, etnia ou outro assunto, ficam a cargo do professor. Se o professor se interessar por essas temáticas, elas serão trabalhadas em sala de aula. Não fazem parte do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, não são temáticas levadas para as primeiras reuniões pedagógicas de início de ano.

O que pode ocorrer é o livro didático adotado pelas escolas trazer essas discussões. O que tem ocorrido com mais frequência são as temáticas presentes nos livros didáticos sobre os negros e indígenas por causa da Lei 11.645/08.

Antes de aplicar o formulário para testar os conhecimentos dos discentes sobre Aleijadinho ou sobre o nome Antônio Francisco Lisboa realizamos um teste para verificar se havia algum erro com o formulário e ajustar as perguntas. Durante o teste muitos alunos reclamaram, pois não sabiam responder as perguntas e não havia a opção “não sei” que foi acrescentada a posteriori, acrescentamos também a opção “outro”.

No LISAM e no CETEM a pesquisa foi direcionada ao fundamental dois (alunos do 6º ao 9º ano), já no IMJ os alunos do ensino médio responderam ao questionário. Alguns alunos não conseguiram responder ao questionário, pois não tinham celular ou estavam sem internet.

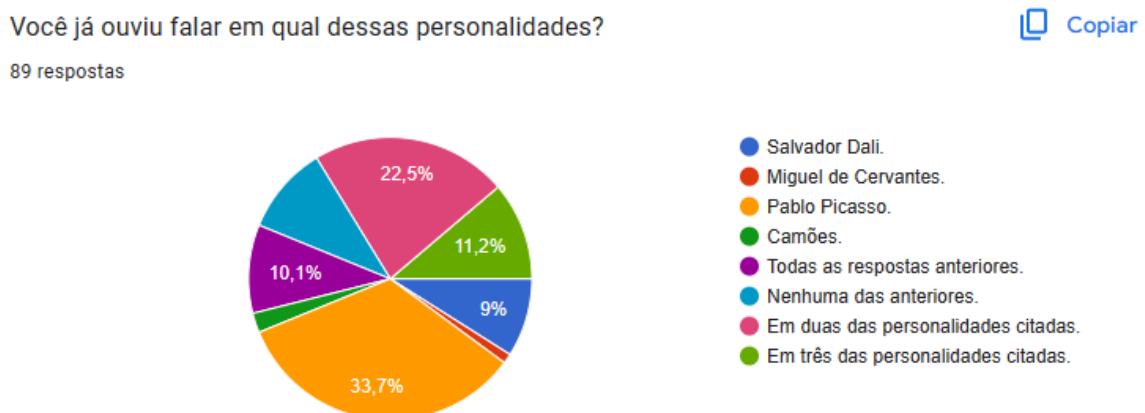
Os gráficos presentes neste trabalho foram feitos automaticamente pela ferramenta google formulário, por isso, em alguns casos aparecem as cores, mas não aparecem as porcentagens.

As perguntas foram feitas para saber se algumas das personalidades do mundo da arte e da literatura e escritores eram mais conhecidos do que Aleijadinho.

O projeto educativo foi pensado da seguinte forma, perguntas no google formulários²⁷, aula expositiva e montagem de uma exposição. Primeiro elaboramos um formulário on-line no googleforms, depois elaboramos slides no powerpoint para realizar uma aula expositiva. Aproveitamos também para mostrar o projeto de montagem da exposição.

No dia 3 de abril de 2023 liberamos o link para realizar os testes. A coleta dos dados foi obtida do dia 25 de abril de 2023 a 15 de maio de 2023.

Gráfico 1



Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

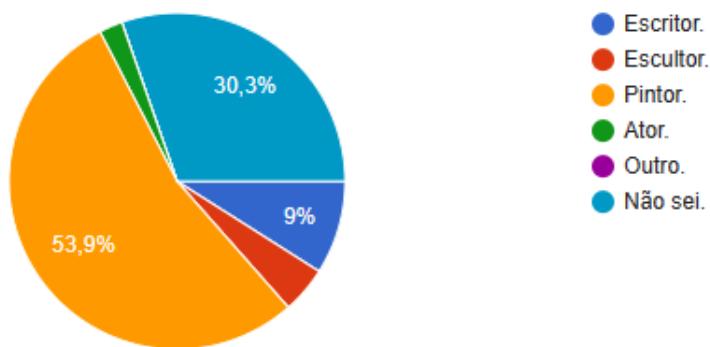
Nota-se no Gráfico 1 que dentre os artistas Salvador Dalí, Miguel de Cervantes, Pablo Picasso e Camões o mais conhecido pelos discentes é Pablo Picasso que obteve 33,7% dos votos; 22,5% dos alunos conhecem duas das personalidades; 11,2% conhecem três das personalidades e 10,1% conhecem todas as personalidades. Pode-se perceber também que há uma expressiva porcentagem de discentes que não conhecem nenhuma das personalidades. Camões e Miguel de Cervantes foram os menos reconhecidos.

²⁷Na reunião do dia 26 de fevereiro de 2024 foi deliberado que esta pesquisa não precisaria passar pelo Conselho de Ética, pois não envolve imagens e vídeos dos alunos que participaram da pesquisa.

Gráfico 2

Quem foi Salvador Dali?

89 respostas



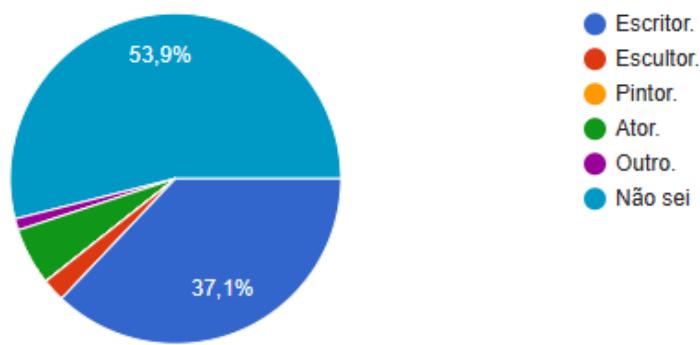
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

Quando perguntamos sobre a profissão de Salvador Dali aos alunos 53,9% respondeu corretamente que ele era pintor. Mas chama atenção também que 30,3% dos discentes não sabiam a profissão dele. 9% responderam que ele era escritor.

Gráfico 3

Quem foi Miguel de Cervantes?

89 respostas



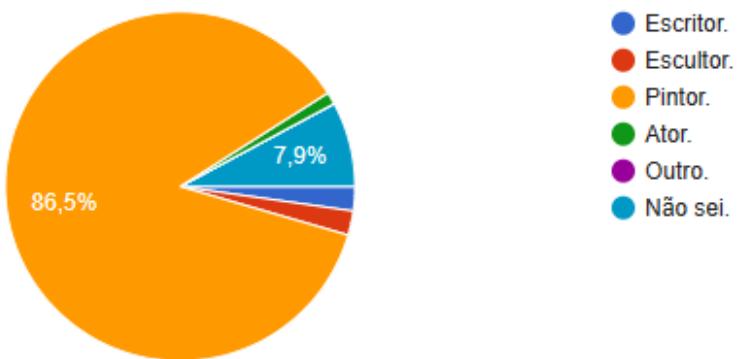
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

Nota-se no Gráfico 3 que 53,9% não sabe que Miguel de Cervantes era um escritor, o que também ficou evidente no Gráfico 1, pois quase nenhum dos alunos responderam que conheciam Cervantes. 37,1% responderam de forma correta que ele era escritor. Uma resposta que nos chamou a atenção foi “ator”.

Gráfico 4

Quem foi Pablo Picasso?

89 respostas



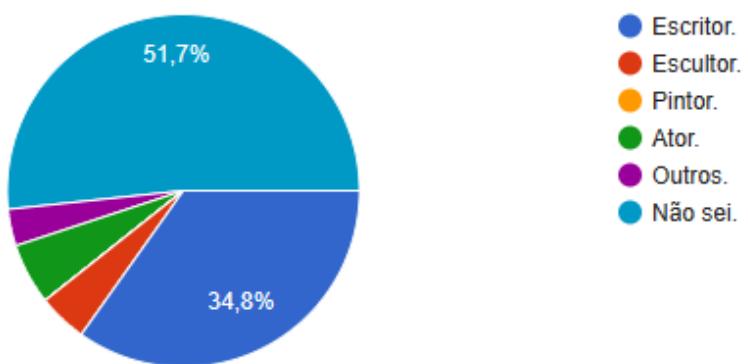
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

No Gráfico 4, que trata sobre quem foi Pablo Picasso, 86,5% dos entrevistados responderam corretamente que ele foi um pintor. Esse gráfico está de acordo com o Gráfico 1, pois boa parte de nossos alunos já ouviu falar no pintor. 7,9% dos discentes disseram não saber quem foi Pablo Picasso.

Gráfico 5

Quem foi Camões?

89 respostas



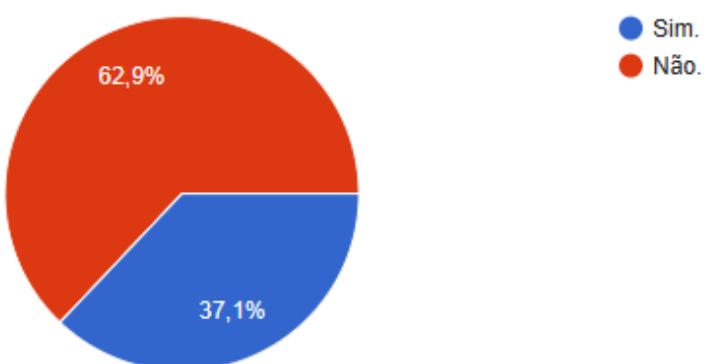
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

De acordo com o Gráfico 5, 51,7% dos alunos não sabem quem foi Camões. 34,8% responderam corretamente que ele foi um escritor. Este gráfico também está de acordo com o primeiro gráfico, já que os discentes, quando perguntados se já ouviram falar em algumas personalidades da arte e da literatura, o nome Camões teve uma baixa porcentagem, chegando a nem contabilizar uma porcentagem específica de acordo com o google formulário.

Gráfico 6

Sabe quem foi Antônio Francisco Lisboa?

89 respostas



Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

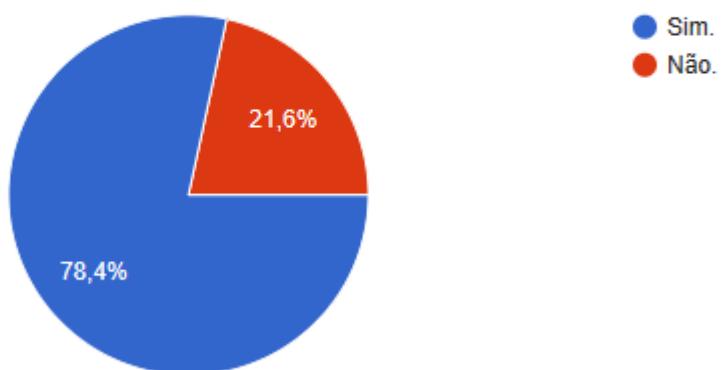
Quando perguntados se sabiam quem foi Antônio Francisco Lisboa 62,9% dos estudantes responderam que não sabiam e 37,1% responderam que sim. O Gráfico 6 trouxe para

nossa pesquisa a evidência de que o nome verdadeiro do escultor Aleijadinho não é conhecido. Essa evidência se faz necessária, porque o nome verdadeiro do entalhador não é divulgado nas mídias e nos livros didáticos de maneira que conste da memória dos referidos discentes.

Gráfico 7

Já ouviu falar em Aleijadinho?

88 respostas



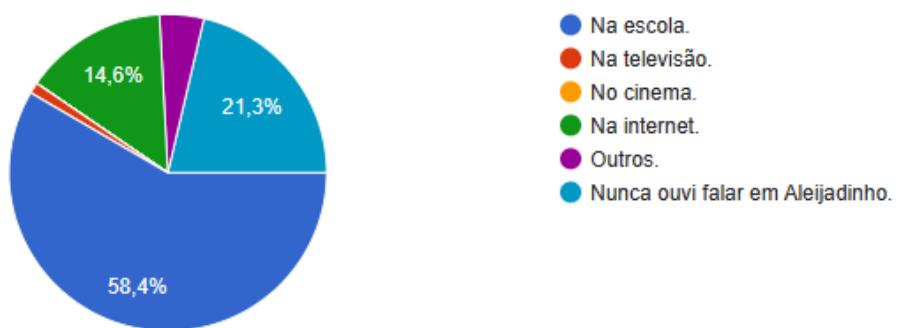
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

Nota-se no Gráfico 7 que 78,4% dos discentes responderam que já ouviram falar em Aleijadinho e 21,6% disseram que não. Quando os alunos respondiam ao questionário, notava-se que muitos tinham dúvidas, mesmo com o pedido da professora para não comentarem com os colegas, um sempre acabava falando que Aleijadinho era um escultor que eles tinham estudado nas aulas de artes. No entanto, o que fica evidente no gráfico é que a maior parte de nossos alunos já ouviram falar em Aleijadinho.

Gráfico 8

Onde você ouviu falar em Aleijadinho?

89 respostas

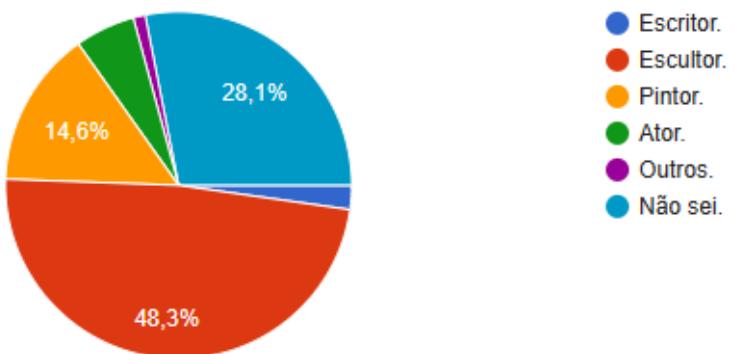
**Fonte:** Elisa Maria Silva Coutinho.

Perguntados onde já tinham ouvido falar em Aleijadinho 58,4% dos discentes responderam “Na escola.”, 14,6% disseram ter ouvido falar em Aleijadinho na internet, já 21,3% responderam que nunca ouviram falar em Aleijadinho. No Gráfico 8, é uma indicação da relevância da escola como espaço de conhecimento e descoberta, já que a maior parte dos alunos responderam que aprenderam algo sobre Aleijadinho na escola.

Gráfico 9

Quem foi Aleijadinho?

89 respostas

**Fonte:** Elisa Maria Silva Coutinho.

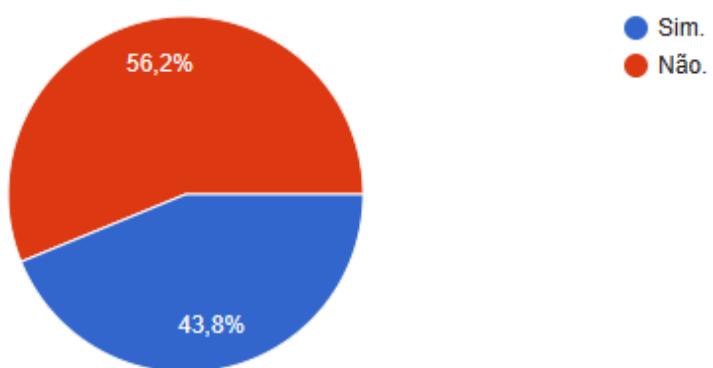
No Gráfico 9, que trata da pergunta “Quem foi Aleijadinho?”, 48,3% responderam que foi escultor, 14,6% respondeu que foi um pintor e 28,1% disseram que não sabiam. O Gráfico nos chama a atenção para uma constatação, a maioria dos entrevistados já ouviu falar no nome

Aleijadinho, no entanto, a maioria não sabe qual foi a sua real profissão, ou seja, conhece, mas ainda falta um melhor entendimento da importância de Aleijadinho.

Gráfico 10

Já viu alguma de suas obras?

89 respostas



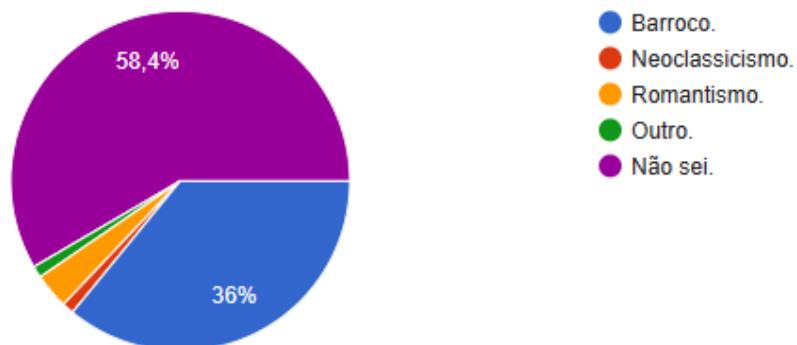
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

Em relação à pergunta “Já viu alguma de suas obras?”, 56,2% disseram que não, já 43,8% disseram que sim. Outro indício de que falta um melhor conhecimento sobre a vida e a obra do referido escultor. Porque os alunos não conhecem seu verdadeiro nome, muito menos suas obras.

Gráfico 11

Em que estilo de época ele produzia as obras dele?

89 respostas



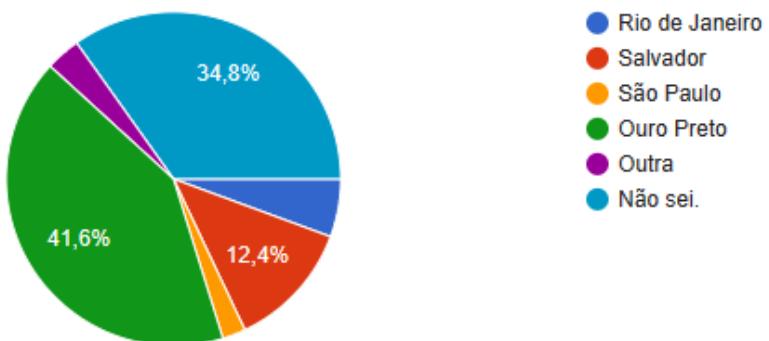
Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

“Em que estilo de época ele produzia as obras dele?”, para essa pergunta 36% respondeu Barroco. 58,4% responderam que não sabia.

Gráfico 12

Em que cidade brasileira acredita que Aleijadinho atuou?

89 respostas



Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

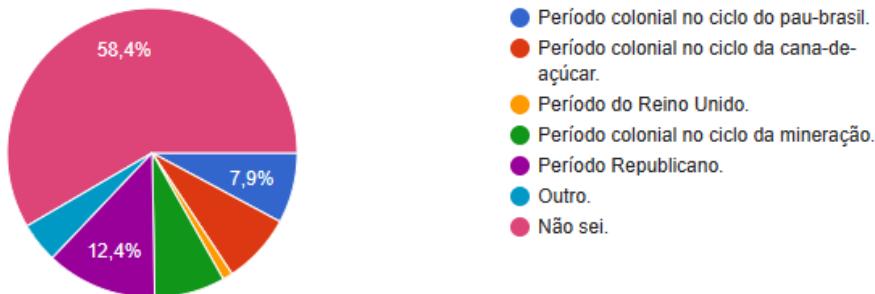
“Em que cidade brasileira acredita que Aleijadinho atuou?”, 41,6% dos entrevistados responderam de forma correta que foi Ouro Preto, 12,4% responderam que a cidade era Salvador. 34,8% responderam que não sabia.

Gráfico 13

Em qual período histórico do Brasil acredita que o Aleijadinho atuou?

 Copiar

89 respostas



Fonte: Elisa Maria Silva Coutinho.

58,4% dos alunos disseram que não sabiam o período histórico do Brasil em que Aleijadinho produziu sua obra. 12,4% responderam que era o período republicano, 7,9% respondeu tratar-se do período colonial do ciclo do pau-brasil, outros responderam que era o ciclo da cana-de-açúcar e o ciclo da mineração, entretanto, essas duas porcentagem nem foram registradas em números pelo formulário.

No início de nossa pesquisa começamos com a problemática de que Aleijadinho era pouco conhecido no ambiente escolar e de acordo com essa pesquisa percebemos que eles já ouviram falar no nome Aleijadinho, principalmente, na escola. Em contrapartida, ao responderem as outras perguntas mais específicas sobre quem foi, o que fez, em que período histórico fica claro que os alunos conhecem, mas conhecem mal. Há a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a vida e a obra do artífice.

Quando a pergunta foi sobre o verdadeiro nome de Aleijadinho, os alunos disseram não saber, como comprovado no Gráfico 6. Das opções de nomes de escritores e pintores que oferecemos aos alunos o nome Pablo Picasso é disparado o mais conhecido.

Quando começamos a pesquisa, percebemos que precisávamos ampliar a discussão sobre o verdadeiro nome de Aleijadinho.

No momento em que estavam respondendo o formulário a professora ouviu muitos alunos falando que não sabiam nenhuma das perguntas, alguns inclusive riram do apelido Aleijadinho. Em contrapartida, um aluno do 3º ano do ensino médio reclamou porque não entendia o porquê de seus colegas desconhecerem Aleijadinho já que uma professora de arte havia explicado isso em aula há uns dois anos. Esse mesmo aluno, falou tudo o que sabia de forma correta sobre Aleijadinho, mas desconhecia o verdadeiro nome do escultor.

3.1 Projeto Visibilidade do Mulato Antônio Francisco Lisboa na escola

Todo projeto sobre raça na escola envolve questões que envolvem a escola e o espaço fora dela, pois levar esse tipo de temática para dentro da sala de aula envolve os discentes, gera debates, questionamentos e reflexões. Esse tipo de projeto constrói, de certa forma, uma sociedade mais equitativa, combate à exclusão escolar, à evasão escolar e a escola se torna mais atrativa para o aluno.

De acordo com os dados do IBGE 2023, “entre os brasileiros pretos e pardos, 7,4% são analfabetos, mais que o dobro da população branca. O abandono escolar também é um sintoma da desigualdade. Sete em cada 10 jovens que não completaram o ensino médio são pretos ou pardos” (G1.globo.com). Neste sentido, o que queremos sinalizar é que o aluno não se sente parte nem incluído no ambiente escolar que é “pensado” para e exclusivamente para ele. O racismo que é negado na sociedade também é negado dentro das instituições de ensino. Precisamos reeducar nosso olhar como afirma bellhooks (2019).

A cultura de resistência requer uma avaliação de como a supremacia branca impacta coletivamente nossas psiques. A voracidade do olhar racista e sexista é exercida devorando corpos e culturas sem que haja uma redistribuição imaginária e real dos lugares dos sujeitos que têm o poder (os que olham e consomem) e dos que não têm (os que são vistos e são mercadorias de olhares). (BELL HOOKS, 2019, p. 12-13)

[...]

Essas imagens podem ser construídas por pessoas brancas que não se despiram do racismo, ou por pessoas não brancas ou negras que vejam o mundo pelas lentes da supremacia branca — o racismo internalizado. É claro, aqueles entre nós comprometidos com a luta da libertação dos negros, com a liberdade e a autonomia de todas as pessoas negras, precisam encarar todos os dias a realidade trágica de que, coletivamente, realizamos poucas revoluções em termos de representação racial — se é que fizemos alguma. Desafiados a repensar, artistas e intelectuais negros insurgentes buscam novas formas de escrever e falar sobre raça e representação, trabalhando para transformar a imagem. Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. (BELL HOOKS, 2019, p. 27-28)

Abaixo colocaremos o projeto desenvolvido em sala de aula.

IMAGEM 1: Proposta didática



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 2: Proposta didática

Projeto

“Aleijadinho na escola” pretende fazer uma reflexão sobre a vida e obra de Antônio Francisco Lisboa sobre o viés antirracista, além de difundir a obra do escultor no ambiente escolar através de um projeto educativo com a intenção de levar aos discentes um herói nacional que é pouco conhecido e divulgado na escola. A vida e a obra de Aleijadinho é cheia de invenções, contradições, que possibilitam investigações, pois não é fácil enveredar nos trilhos mineiros para descobrir quem realmente foi essa “persona”.

Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 3: Proposta didática

Projeto



Este trabalho surge num contexto histórico-cultural marcado pela violência aos “corpos” negros, principalmente dos jovens negros de periferia ou dos que moram em favelas e comunidades, periféricas. É evidente a omissão das autoridades quanto ao sumiço ou o assassinato desses jovens. Um exemplo marcante foi o desaparecimento de três crianças no município de Belford Roxo - Rio de Janeiro, que fica na Baixada Fluminense (lugar onde, infelizmente, ocorrem muitos assassinatos de crianças e jovens). Os meninos Lucas Matheus (9 anos), Alexandre Silva (11 anos) e Fernando Henrique (12 anos) saíram para brincar na manhã do dia 27 de dezembro e nunca mais foram vistos.

Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 4: Proposta didática

Projeto



Antônio Francisco Lisboa, filho de português e mãe negra escravizada, residiu em Ouro Preto - Minas Gerais, ganhou o apelido Aleijadinho após uma doença até hoje desconhecida, que deixou seu rosto e seu corpo deformados. A data provável de seu nascimento é 1730. Ele foi escultor, arquiteto, entalhador, ornamentista e decorador. No início, esculpia em madeira, assim como faziam muitos escultores da época, inclusive o pai dele. Em seguida, começou a modelar em pedra-sabão, o que lhe deu notoriedade e particularidade.

Produziu suas obras no estilo Barroco e Rococó, que foram ofuscados, ao longo do séc. XIX, pelo estilo neoclássico. No Brasil deste período, a vontade de imitar os hábitos e costumes eurocêntricos foram evidenciados pelas tentativas de apagamento tanto do estilo Barroco e Rococó, levando junto Antônio Francisco Lisboa.

Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 5: Proposta didática

Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 6: Proposta didática

Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 7: Proposta didática

Exposição das reproduções dos alunos
Imagen criada por duas alunas



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

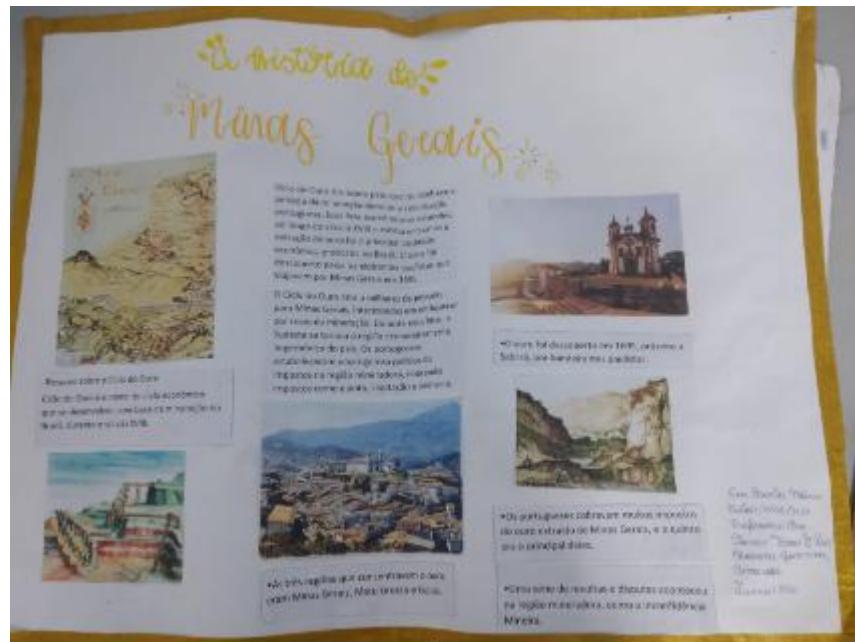
IMAGEM 8: Proposta didática

Imagens da exposição



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 9: Cartaz para a exposição de Antônio Francisco Lisboa



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 10: Proposta didática



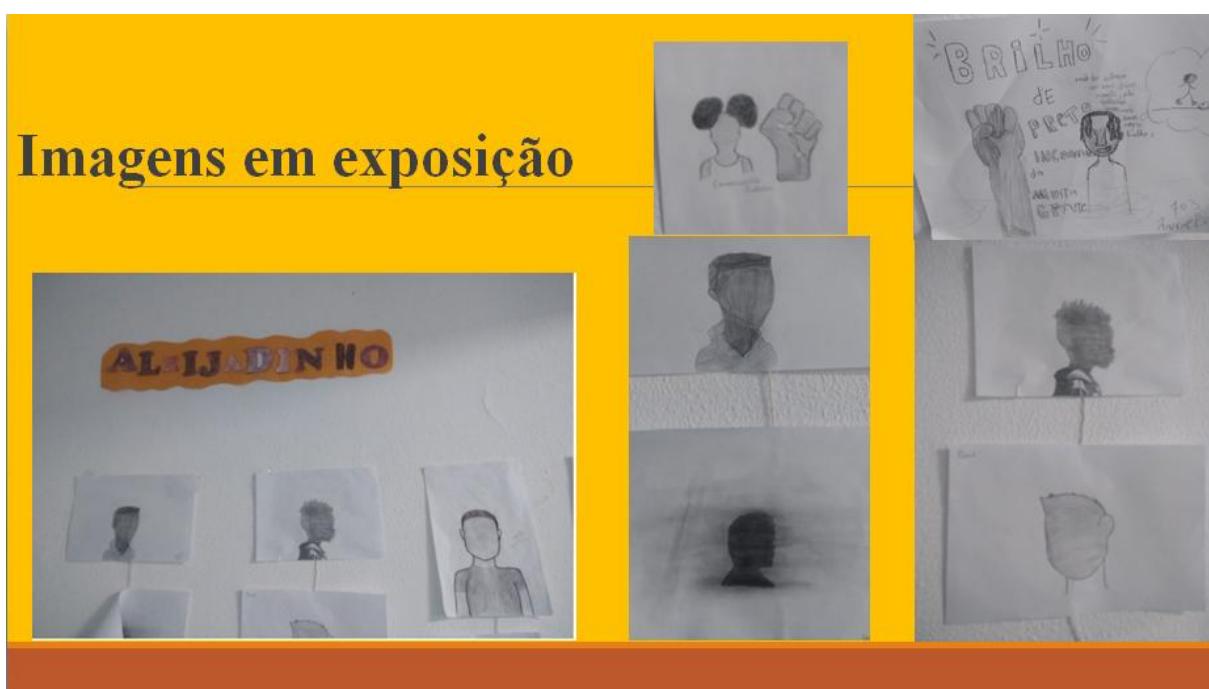
Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 11: Proposta didática



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 12: Proposta didática



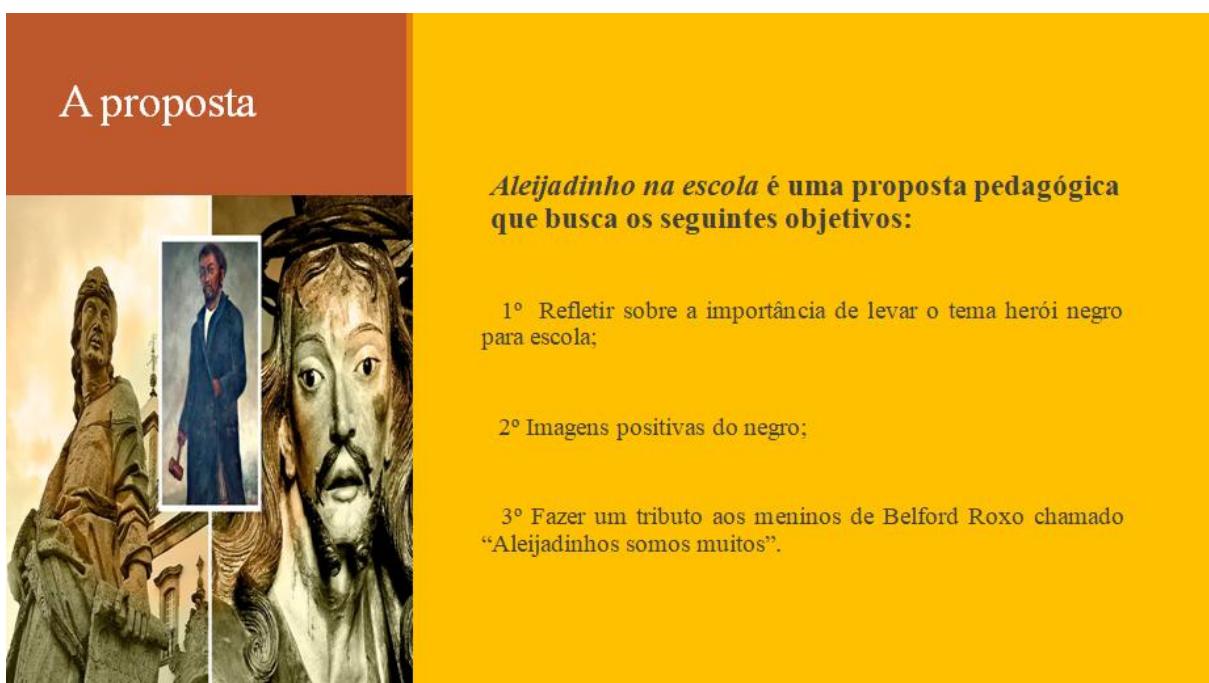
Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 13: Proposta didática



Fonte: Acervo Elisa Maria Silva Coutinho

IMAGEM 14: Proposta didática



Fonte: Acervo de Elisa Maria Silva Coutinho

Após a exibição dos slides e dos vídeos *A História do Aleijadinho - Eduardo Bueno; Quem foi Aleijadinho? Fatos e Curiosidades; Aleijadinho - 50 Fatos #vivieuvi* realizamos várias discussões sobre o artista e sobre como o negro é visto na sociedade. Falamos também sobre a diferença do tratamento de jovens e crianças que moram em comunidade, favela e na Baixada Fluminense e dos jovens que moram em áreas nobres do Rio de Janeiro. Como a gestão pública e a segurança pública atuam nesses ambientes.

Todos os alunos sabem que há essa diferença, o que nos chamou a atenção foram os alunos do 6º ano terem gostado da discussão e confirmado que já evidenciam essas diferenças.

Um dos alunos argumentou que o local e a cor da pele são determinantes para que se cometa vários tipos de violência. O que já foi abordado anteriormente.

Montamos uma sala de exposição e para isso realizamos algumas atividades práticas em sala de aula. Realizamos a impressão de uma imagem da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto e entregamos aos alunos para que pudessem pintar.

Em outro momento pedimos para os alunos montarem igrejas utilizando papelão no formato de igreja, utilizamos tinta para ornamentar. Alguns alunos utilizaram outros materiais para adornar as igrejas.

Para trazer a questão do negro na sociedade, pedimos para os alunos elaborarem sombras de meninos negros. A intenção era que os alunos criassem a sombra do rosto de um menino negro, no entanto, muitos alunos retrataram os meninos soltando pipa em comunidades, outros pintaram os símbolos utilizados por antirracistas que é o punho fechado, imagem utilizada em protestos.

Desta forma, percebemos que as discussões em sala, assim como as atividades que realizamos em sala foram bem recebidas e compreendidas pelos alunos.

Ainda há muito a ser feito no campo da educação em relação às discussões étnico-raciais. Não é fácil encontrar espaço na escola para trabalhar temáticas sobre diáspora africana, muitas escolas vêem esse tipo de discussão com medo. Na maioria das vezes por conta da religião de matizes africanas. Coordenadores e diretores acham que falar do negro é falar de “macumba”, nome dado a religião de matiz africana aqui no Brasil. Para o professor conquistar seu espaço é difícil.

O que tem ajudado é a obrigatoriedade de abordar a temática, já que existe uma lei e a fiscalização cobra que se trabalhe o tema. No entanto, há a credicé de que somente quem pode abordar o assunto é o professor de história, mas o que sabemos é que outras disciplinas também podem incluir no planejamento anual as temáticas que envolvem o racismo estrutural e a relevância do negro na sociedade para que tenhamos alunos que não tenham vergonha da cor

de sua pele. Além disso, para que ele seja até mesmo um transformador de seu lar, em que seus pais se envergonham de serem negros e passam isso para seus filhos.

Compreendemos que as histórias estereotipadas dos negros envergonham nossos discentes e acabam atrapalhando a construção de uma memória de orgulho de sua descendência. Muitos lutaram e lutam pela igualdade racial. Ainda estamos longe de consegui-la, mas já podemos falar, reclamar e, principalmente, não aceitar que façam conosco o que fizeram com nossos antepassados. O que ainda fazem com nossos jovens. Ser negro precisa e deve ser motivo de orgulho, não de vergonha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos nossa pesquisa com os seguintes problemas:

Por que ao perguntar para um jovem se ele ao menos já ouviu falar em Leonardo da Vinci, Michelangelo, Pablo Picasso, Monet e Salvador Dali não lhe causa estranheza, no entanto, o mesmo não ocorre com Aleijadinho? Em razão de que o quadro de Monalisa e os personagens Dom Quixote e Sancho Panza são reconhecidos facilmente pelos adolescentes brasileiros, mas as esculturas de Aleijadinho nem constam de suas memórias?

Por que Aleijadinho, além de ser desconhecido de boa parte dos brasileiros, é pouco abordado na escola? Que propostas didáticas que envolvem questões identitárias e de memória podem ser desenvolvidas para discutir o racismo estrutural no Brasil? Que contribuição essa temática oferece ao jovem negro? Essa proposta suscita novas questões de aprendizagem para os alunos? Por que a obra de Antônio Francisco Lisboa é carente de investigação?

Além disso, o que nos norteou foi as discussões sobre o racismo estrutural e a violência sofrida diariamente por jovens e crianças das favelas/comunidades e da Baixada Fluminense.

Ao longo da pesquisa percebemos que deveríamos debruçar nossos estudos sobre o verdadeiro nome de Aleijadinho que é Antônio Francisco Lisboa. Nome este que é desconhecido inclusive por acadêmicos. Ou seja, de acordo com Gramont Aleijadinho é uma persona que foi criada em momentos diferentes da história brasileira. O primeiro foi Bretas que a partir de uma provável entrevista a nora de Aleijadinho e de pessoas que o conheceram criou uma narrativa sobre Aleijadinho. O segundo Mário de Andrade no intuito de buscar uma identidade nacional. Esse contraponto é interessante, pois a tentativa de criar uma identidade nacional a partir de um mulato que vivia no entrelugar, ou seja, não era nem negro nem branco cria uma série de hipóteses, no entanto, essa vertente não foi o foco de nossa pesquisa. A dúvida que queremos ressaltar é que dilemas viveu essa persona?

Procuramos definir os vocábulos negro, preto e mulato para encontrar uma justificativa para o uso dessas palavras. Que palavra utilizar negro ou preto? Seria prudente utilizar o termo mulato? Em relação aos vocábulos negro e preto decidimos usar os dois, pois o termo negro tem sido ressignificado ao longo da história. O termo era utilizado para definir algo ruim, perverso, separado, marginalizado, e sofreu mudanças. Hoje os termos “cem porcento negro”, “raça negra” e “Movimento Negro” são responsáveis por dar empoderamento aos retintos. Já o

termo preto foi o preferido por muitas pessoas para não designar negro em uma época que essa palavra significava algo ruim, pejorativo.

O termo mulato significa mistura. Mas quando usado no masculino era algo ruim, já no feminino representa ainda hoje a mulher negra desejável, a mulata do samba.

O apelido Aleijadinho nos trouxe uma outra indagação, a questão dos apelidos que ridicularizam os retintos. Essa prática muitas vezes é banalizada inclusive pelos pretos. No entanto, foi algo discutido aqui no presente trabalho.

Ao levar a discussão sobre Aleijadinho, percebemos que muitos alunos gostaram da temática e das discussões. Eles desconhecem o termo racismo estrutural, mas sabem das estruturas sociais e tudo o que envolve a diferença de classe, de cor e de localização, ou seja, o CEP determina o tratamento dado aos jovens e crianças. Sabem que há formas diferentes de lidar com jovem da favela e da zona sul.

Nosso trabalho, quem tem como título *Antônio Francisco Lisboa _ Aleijadinho _ o herói mulato: desenvolvimento de uma proposta didática para “balançar” o alicerce do racismo estrutural* buscou fazer a análise sobre o racismo institucional através de textos de pesquisadores atuais como Nielson Bezerra, Luiz Rufino, João e Nego Bispo e também por pensadores que foram os primeiros a retratar as diferentes formas de racismo tais como bellhooks, Abdias do Nascimento, entre outros.

Trouxemos para o presente texto algumas situações de violência sofridas por crianças e jovens negros. Ao analisar o local onde esses jovens sofreram a violência percebemos que essa violência é cometida nas periferias, nas favelas e nas comunidades, como já afirmado anteriormente.

Buscamos trazer os nomes dos jovens, pois acreditamos que o que aconteceu com eles não pode ser esquecido, o presente texto é uma forma de resistência, é dizer que as vidas de Lucas Matheus (9 anos), Alexandre Silva (11 anos) e Fernando Henrique (12 anos) importam.

REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, José Israel. **Congonhas, São João del Rei, Tiradentes**. Fotografias José Israel Abrantes; textos Mauro Werkema. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Uma história do negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 205.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. Tradução de Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- BAZIN, Germain. **Barroco e rococó**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAGOLIN, Luiz Armando. **O Aleijadinho**: monstro herói. Estudos Avançados - Revista Usp, São Paulo, v. 23, n. 65, set., 2009, p. 353-358. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/J8ks7F6GbfbtnSLs6btnHdd/?lang=pt&format=pdf>>. Último acesso: jan. 2022.
- BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da escravidão**: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840). 2010. 215 f. Tese ((Doutorado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História) UFF, 2010. Disponível em:<https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1234/projeto/Tese-nelson-rosa-bezerra.pdf>. Último acesso: jul. 2023.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Último acesso: mar. 2021.
- BRASIL. **Lei n.o 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Último acesso: mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998. 120 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf>. Último acesso: fev. 2021.
- BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Organizadora: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=Aleijadinho>>. Último acesso: fev. 2022.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03** e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. [2004?]. Disponível em: <<https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>>. Último acesso: fev. 2021.

COPPOLA, Horácio. **Acervo Fotografias de Aleijadinho**. Instituto Moreira Salles. Nossa Senhora do Carmo. MG, 1945.

CURI, Luciano Marcos. **Excluir, isolar e conviver**: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil. 2010, 394 f. Tese (Doutorado) _ UFMG _ FAFICH _ PPGHIS, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/tese_de_luciano_marcos_curi.pdf>. Último acesso: fev. 2022.

DANTAS, Raymundo de Souza; FERREIRA, Sylvio. **O negro no contexto político brasileiro**. In: Os afro brasileiros: anais do III congresso afro brasileiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017. (Coordenado por Roberto Motta), pp. 100-107.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%20raça%20e%20classe.pdf>. Último acesso: fev. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf>. Último acesso: fev. 2021.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. 2014. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014. Pp. 19-35. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Último acesso: fev. 2022.

FONSECA JÚNIOR, J. B. de Paula. **Por que deformar Aleijadinho**. 1957. 132 f. Tese (Tese para concurso de livre docência à cadeira de Anatomia e Fisiologia Artísticas da Escola Nacional de Belas Artes), UFRJ, 1957. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7522/1/272795.pdf>>. Último acesso: fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>>. Último acesso: fev. 2021.

GAMA, Geraldo Guimarães. **As doenças do Aleijadinho**: uma nova interpretação. 1998, p. ?. Disponível em: <<http://www.acadmedmg.org.br/trabalho/as-doencas-do-aleijadinho-uma-nova-interpretacao-geraldo-guimaraes-da-gama-1998/>>. Último acesso: fev. 2022.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O multiculturalismo na América Latina e no Brasil**. In: O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Cultural Negra e Identidades), pp. 67-94. (27p.)

GRAMMONT, Guiomar. **Aleijadinho e o aeroplano**: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. Princeton, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade / bellhooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. _ São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____ **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

MARQUES FILHO, José. **Antonio Francisco Lisboa:** maior escultor barroco mineiro do final do século XVIII – A misteriosa doença de Aleijadinho. Revista ser Médico CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo). São Paulo, ed. 52, p. 30, julho/agosto/setembro, 2010. Disponível em: <<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=496>>. Último acesso: fev. 2022.

MATTA, Roberto da; ORTIZ, Renato; NEVES, Luiz Felipe Baeta. **A imagem do negro na cultura brasileira.** In: Os afro brasileiros: anais do III congresso afro brasileiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017. (Coordenado por Roberto Motta), pp. 152-163.

MENEZES NETO, Hélio Santos. **Entre o visível e o oculto:** a construção do conceito de arte afro-brasileira. 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07082018-164253/publico/2018_HelioSantosMenezesNeto_VCorr.pdf>. Acesso em 04 nov 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf>>. Último acesso: jan. 2022.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; MACHADO, Carmen; ROCHA, Luísa Maria; GUTTLER, Julia. **O Mestre no Jardim:** ateliê de restauração de obras do Mestre Valentim. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Diversidade e sentidos do patrimônio cultural:** uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Home/Downloads/6745-Texto%20do%20artigo-20793-2-10-20081112.pdf>>. Último acesso: mar. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Resenha • Dilemas,** Rev. Estud. Conflito Controle Soc. 14 (1) • Jan-Apr 2021 •<https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n1.35858> (Colocar de acordo com a norma)

OLIVEIRA, Myriam Ribeiro. **O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas.** Brasília, DF: IPHAN?MONUMENTA, 2006.

_____ ; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana.** Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. Disponível em:

<

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat8_BarrocoRococoIgrejasOuroPretoMariana_vol1.pdf>. Último acesso: abr. 2021.

OLMOS, Ana Cecília Arias. **O Aleijadinho duas perspectivas**. 2010, p. 1-14. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/17042/15592/0>>. Último acesso: abr. 2022.

PANOFSK, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/degraf_adrianavaz/wp-content/uploads/sites/17/2014/11/Iconografia-e-Iconologia_Significado-nas-artes-visuais.pdf>. Último acesso: fev. 2022.

PEREIRA, Mádia do Prado; SANTOS, Iris Lúcia. **Uma vida e muitas polêmicas**. 2014, p. 1-9. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/14-11-2014%20Artigo%20-%20Uma%20vida%20e%20muitas%20pol%C3%A9micas.pdf>>. Último acesso: jan. 2022.

PIFANO, Raquel Quinet. **O conceito modernista de artista colonial: o caso de Aleijadinho**. 2012, p. 1-12. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio8/raquel_pifano.pdf>. Último acesso: fev. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, jun. 1989. (12). Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Último acesso em: fev. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgar (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sul-Sul, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p. 125.

RENGER, Friedrich. **O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais**. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAMP), p. 1-8, 2018. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/ramp_pdf/O_quinto_do_ouro_no_Regime_Tributario_nas_Minas_Gerais.PDF>. Último acesso: abr. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Disponível em: <<http://www.foiceomartelo.com.br/posfsa/autores/Ribeiro,%20Darcy/Darcy%20Ribeiro%20-%20O%20POVO%20BRASILEIRO.pdf>>. Último acesso: jan. 2022.

RUFINO, Luiz. **Vence-Demandá**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Cotidiano e contexto cultural nos passos de Aleijadinho**. 2014, p. 1-8. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/14-11-2014%20Artigo%20-%20Cotidiano%20e%20contexto%20cultural%20nos%20passos%20de%20Aleijadinho.pdf>>. Último acesso: abr. 2021.

SANTOS, João Raphael Ramos dos. **IPN**: da criação às experiências de um curso de Pós-Graduação entre memória, educação antirracista e produção de saberes. 2019. 133f. Dissertação (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE)), UFRJ, 2019.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **De pardos disfarçados a brancos pouco claros**: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. Afro-Ásia, n. 32, 2005, p. 115-137. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77003204.pdf>

SILVA, A. Q. da; da COSTA, R. S da. **Educação antirracista é educação transformadora**: uma análise da efetividade da lei nº 10.639/03. Revista Em Favor De Igualdade Racial, v. 1, n. 1, p. 17–35, fev-jul, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/1993/1164>>. Último acesso: jan. 2022.

SILVA, Luiz Geraldo. **A Cultura do barroco**. Revista História: Questão & Debates, Curitiba, n. 36, p 317-327, 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2699/2236>>. Último acesso: fev. 2022.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor** : uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ : Vozes, 2023.

SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. **Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX**: uma análise comparativa introdutória. 2006, p. 1-23. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A018.pdf>>. Último acesso: abr. 2022.

VASCONCELOS, Sylvio de. **Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho**. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1979.